

AUDIÊNCIA PÚBLICA

PL N° 01/2019

09.04.2019

AUDIÊNCIA PÚBLICA

PL Nº 01/2019

09.04.2019

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Bom dia. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, autoridades e público presente, esta audiência pública foi convocada por este presidente com a finalidade – o presidente Cauê Macris – de discutir o Projeto de lei 01, de 2019, de autoria do senhor governador, que autoriza o Poder Executivo a incluir a sociedade por ações Dersa, CPOS, Emplasa, Codasp, Imesp e Prodesp no Programa Estadual de Desestatização que trata a Lei 9.361, de 5 de julho de 1996.

Estão presentes nesta audiência pública as seguintes autoridades que vou nominar neste momento. O nobre deputado Carlão Pignatari, líder do Governo, está presente, o nobre deputado Wellington Moura, o deputado Paulo Lula Fiorilo, Luiz Fernando Lula da Silva. Vinícius Camarinha, líder do PSB na Assembleia. Para dar início ao nosso trabalho precisamos estabelecer algumas regras, que vamos combinar aqui agora.

No início falarão as empresas, os representantes das empresas, diretores e representantes que falarão por cinco minutos cada – daqui a pouco vou nominar cada um deles. Em seguida falarão os representantes das entidades aqui presentes. Nós estabelecemos aqui, estamos ainda falando com os deputados, 20 inscrições que já foram preenchidas, as inscrições das entidades que falarão. Estabelecidos três minutos para cada orador, porém, nós detectamos que, por exemplo, vamos colocar aqui para deliberação, e os senhores então conversarem entre si. Certo, Paulo? E chegar a um acordo.

Nós temos aqui cinco pessoas da CPOS – claro, poderão usar os três minutos cada um, se assim quiserem. Nós temos duas pessoas da Emplasa e, assim, sucessivamente. Poderão, se assim desejarem, falar, conversar entre si, somente um representante, assim da CPOS falar, se assim desejado. É apenas sugestão. Se assim os senhores desejarem, temos os nomes dos inscritos, poderão as cinco pessoas entre si conversar e deliberar que um apenas fale pela identidade CPOS, e assim sucessivamente. Essa é uma sugestão para os senhores, senão continuaremos aqui a lista

dos inscritos, paramos em 20 que terão três minutos cada um. Se falar um só, é claro que nós vamos fazer o tempo maior, não terá três minutos. Nós vamos ajustar o tempo daquele um que vai falar. Se for falar um só, não é justo um só falar pelas empresas e pelas entidades representando a empresa e ter apenas os três minutos que teria direito. Então, essa é uma sugestão que estamos passando aos senhores. Logo após, então, teremos as falas dos Srs. Deputados, das Deputadas, após a fala dos convidados, das entidades.

E no final, achamos mais interessante, dando continuidade e sequência, todos os questionamentos que tiverem as empresas, os diretores – não vamos ficar parando a toda a hora para que eles respondam. Eu sugiro que todos os diretores, com a sua assessoria, anotem os questionamentos, as perguntas, e no final todos eles poderão responder as perguntas e questionamentos de todos. Essa é uma sugestão aos Srs. Deputados e também as Sras. Deputadas.

* * *

- Fala fora do microfone.

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Aí vocês definirão, foi o que eu disse aqui. A sugestão é essa, é uma ótima ideia, para nós seria ótimo se assim decidir cada empresa, cada representação de empresa dez minutos, para nós não tem problema nenhum. Se assim vocês decidirem, se quiser nós suspendemos aqui por alguns minutinhos, para que vocês possam deliberar. Vou suspender aqui por três minutos para que vocês possam deliberar a respeito.

Convidar também o nobre deputado Carlos Giannazi, o nobre deputado Barba, para fazer parte da Mesa também, por favor. Deputado Daniel José presente. (Pausa.)

Apenas para lembrar, mais uma vez vou anunciar os deputados aqui presentes. Por enquanto nesta audiência o deputado Teonilio Barba, o deputado Carlão Pignatari, o deputado Carlos Giannazi, o deputado Daniel José, o deputado Vinícius Camarinha, o deputado Wellington Moura, o deputado Luiz Fernando Teixeira Ferreira, o deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.)

Senhores, chegamos já a um entendimento, por favor? Já deliberamos quem são os representantes das empresas que irão falar? Perfeito.

Estamos deliberando aqui, as empresas estão deliberando, que serão dez minutos por empresa, esse tempo poderá ser dividido ou individual, a pessoa pode falar os dez minutos, sozinha, ou poderão compartilhar esse tempo de dez minutos por empresa. Nós só estamos esperando aqui deliberar quem são as pessoas que vão falar, para que possamos chamar de imediato já os representantes da empresa.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Pela ordem, o nobre deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Só para não ter nenhuma dúvida. Nós vamos ouvir as empresas por quanto tempo e quais são as empresas que nós vamos ouvir hoje?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - As empresas, nós vamos ouvir as empresas então por cinco minutos.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Todas que estão no PL 01?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Todas por cinco minutos, que estão no PL 01 explanarão e, no final, estarão respondendo aos questionamentos. As entidades, agora, os diretores, os representantes das empresas por cinco minutos.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Pois não.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Só para checar a lista do senhor. A Dersa tem representante, a CPOS tem representante, a Empresa Paulista de Planejamento, a Emplasa, está aqui, a Codasp, a Imesp e a Prodesp, confere?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Confere Sr. Deputado. Já vou pedir para ir se preparando para a sua apresentação o representante da Dersa. Então, já vamos convidar o Sr. Nelson de Souza, que vai falar pela CPOS, Emplasa e Codasp.

Anunciamos também a presença do deputado Delegado Olim, também presente. Para falar aqui? Vossa Senhoria tem à disposição para sua explanação por cinco minutos, falando pela CPOS; ele vai falar por 15 minutos, por que são cinco minutos por cada empresa, ele vai falar pela CPOS, Emplasa e Codasp. Então, com a palavra o Sr. Nelson de Souza. O senhor tem a palavra já a partir desse momento por 15 minutos.

O SR. NELSON DE SOUZA - Pessoal, bom dia. Bom dia, Srs. Deputados. Aqui é uma expressão democrática, é uma audiência pública, e eu gostaria de, antes de falar sobre as três empresas, vamos falar primeiro de maneira genérica, já que são três empresas – até porque eu estou falando por três empresas. Na minha experiência anterior, eu fui presidente do Banco do Nordeste, ultimamente presidente da Caixa Econômica Federal. Eu fui convidado pelo governador João Doria e pelo Rodrigo Garcia para participar desse projeto, que é um projeto importante não só para o estado de São Paulo, mas importante para o País – do ponto de vista que esse projeto busca exatamente promover a redução do custo operacional da máquina pública com a melhoria da eficiência.

E aí, senhores, nós fizemos um trabalho de maneira totalmente técnica, levando em consideração que hoje, do orçamento do Poder Público, seja ele municipal, estadual ou federal, não sobra praticamente nada para investimento. Então, hoje o País tem praticamente todos os recursos direcionados, e praticamente onde sobra mais no orçamento – eu sou bem conhecedor disso tudo, conheço bem o orçamento, principalmente federal – sobra praticamente no máximo 4%, quem sobra muito, sobra 4% livre para investimento.

Com isso, tem que ser feito esse trabalho não só no Executivo estadual, mas em todos os poderes. Logicamente tinha que começar em algum lugar. Nós fizemos um trabalho, tem uma equipe de transição. Eu estou à frente das três empresas, e temos cada empresa, Codasp, Emplasa e CPOS povoada com dois diretores. Eu fico nas três empresas. Então, é bom passar para aos senhores, eu estou vendo aqui todos os trabalhadores, muitos representantes de trabalhadores. Dizer que eu também já fui do

sindicato, já fui presidente da associação, também do outro lado. Então, conheço bem os dois lados, conheço bem como funciona.

E aqui nós temos alguns representantes e diretores dessas empresas. Está o Arley aqui comigo, que é diretor financeiro da CPOS; temos a Cely, que é diretora também da Codasp e CPOS. E eu também estou dizendo aqui para os senhores que o próprio governador já me convidou para assumir a Desenvolve, e a Cely que está lá vai continuar também esse trabalho como presidente das três empresas. Mas quem está constituindo esse grupo? Além de mim, o Arley, a Cely, o Cássio Loschiavo, o Joaquim Lopes, a Lúcia Helena e o Pedro Evangelista – Pedro está conosco também lá, diretor da CPOS de Engenharia. Senhores, feito isto, nós tivemos o cuidado de olhar cada empresa com relação aos aspectos jurídicos, como é que elas foram constituídas, os aspectos estruturais, os aspectos negociais e, principalmente, um cuidado especial que o governador João Dória e o vice-governador e secretário de governo Rodrigo Garcia solicitaram, o cuidado especial com os empregados.

E aí vocês podem sorrir, mas vocês vão entender o porquê. Nós tivemos que, além desses aspectos estruturais, negociais, e verificação da viabilidade econômica financeira, nós verificamos o seguinte: o que essas empresas fazem, que ação de governo – eminentemente de governo –, o que essas empresas fazem que a iniciativa privada faz melhor? E aí eu vou me reportar de maneira altamente técnica. A Codasp foi criada pelo decreto... ela tem 90 anos, como está ali em todos os cartazes, mas ela já foi privada, já foi pública, hoje é pública de novo. Começou como CAIC, então nós fomos na história toda dela, e o Decreto dela mais recente é o 27.507/1987. Esse decreto cria como missão dessa empresa, como objetivo dessa empresa, executar serviços de estrutura por meio de motomecanização voltados à preservação do meio ambiente.

A CPOS, ou seja, lembrando que a Codasp é antes da Constituição de 1988, isso é importante para depois ver os aspectos jurídicos. CPOS, lei 7.394/1991, é a missão administrar, planejar, projetar, conservar e gerenciar obras e atividades correlatas no segmento de engenharia para o governo do Estado ou de entidade sob seu controle acionário. E por último a Emplasa, que é uma empresa de produção de conhecimento, criada através da lei complementar 94/1974, com o objetivo de realizar serviços necessários ao planejamento integrado metropolitano e regional, formular e executar planos de ação e de desenvolvimento e fornecer base de dados que subsidiem as políticas públicas integradas. Esses são os aspectos jurídicos dessas empresas, que nós tivemos o cuidado de olhar com muita acurácia.

Como é que essas empresas estão do ponto de vista financeiro? Duas empresas são dependentes do Tesouro, Codasp e Emplasa. Codasp teve de subvenção no ano de 2018, 28 milhões, 581 mil, 666 reais e 80 centavos. A Emplasa teve como subvenção 40 milhões, 347 mil, 180 reais e 86 centavos. A CPOS é independente do Tesouro Estadual, então ela gera as próprias receitas. Essas empresas somam um prejuízo acumulado durante a sua história de 187 milhões, sendo o prejuízo acumulado da Codasp de 127 milhões, 707 mil reais, CPOS 42 milhões, 886 mil e a Emplasa 16 milhões, 15 mil reais. Resultados operacionais: nos últimos 20 anos praticamente todas fechando os resultados operacionais e mesmo com subvenção nos últimos 20 anos, exceção da CPOS. Então, mais precisamente no ano de 2018, a Codasp 26 milhões e 779 mil de resultado operacional negativo; A CPOS 10 milhões e 780 mil; e a Emplasa 39 milhões e 693 mil.

Fizemos um estudo também do aspecto de pessoas empregadas – lembrando que as três empresas são de regime celetista, definir bem que tem um regime estatutário, regime celetista. Porque quando criaram o FGTS em 1976, e eu tive o prazer de ser gestor do FGTS durante quatro anos como superintendente nacional desse Fundo, que é um fundo privado de gestão pública – recolhimento de 8% do salário todo mês dos empregados, o empregador recolhe para o Fundo de Garantia. Isso foi exatamente quando a lei foi criada, a lei 8.036/1990, a última, ela troca quem é estatutário – trocou a estabilidade pelo FGTS, que é uma poupança, na realidade. Lógico, tem várias teorias, mas eu particularmente entendo isso. Então são todas celetistas, FGTS.

Número de empregados aprovados, vagas ocupadas e vagas livres de empregados concursados ou então oriundos de alguma empresa que chegaram até aqui, mas também têm a mesma força de concursados; vagas aprovadas nessas três empresas, Codasp, CPOS e Emplasa: 996 empregados. Vagas ocupadas: 590, sendo 306 na Codasp, 167 na CPOS e 118 na Emplasa. Vagas livres: 7.466. Livre provimento. Então, primeiro vimos os empregados concursados, celetistas e agora livre provimento. Vagas autorizadas: 156. Vagas ocupadas 54. Vagas livres: 102. Então, somando concursados e livre provimento, nós estamos falando, Srs. Deputados, Sras. e todos os presentes, vagas aprovadas nas três empresas: 1.152 vagas aprovadas. São importantes esses números. Ocupadas: 644; livres: 568.

Tivemos um cuidado também, senhores e senhoras, de fazermos um estudo de evolução ou um histórico de 20 anos dessas três empresas. Nós temos tido um trabalho forte diariamente, incluindo sábados e domingos, exatamente para ter um conhecimento

e deixar de achômetro. A pior coisa é decidir em cima de achômetro, isso não existe, não tem mais espaço para isso. Tem que saber números e tem que saber a realidade. E consultamos os empregados junto com vocês, já estamos presentes nas empresas.

Evolução do resultado da Codasp, resultado acumulado nos últimos 20 anos. Lembrando que Codasp já foi no passado não dependente do Tesouro e ultimamente é dependente do Tesouro, mas, nos últimos 20 anos foram cinco anos de resultado operacional positivo e 15 anos de prejuízo. A evolução do patrimônio líquido despencou, então o que foi colocado lá na faixa de 107 milhões de patrimônio líquido, hoje o patrimônio líquido é de seis milhões, ou seja, além de prejuízos, ela não tem mais o patrimônio ou capital que foi colocado pelo controlador. A evolução do quadro de pessoal: ela era crescente até 2019. A Codasp, em 2015, chegou a ter 414 empregados concursados e 11 de livre provimento. Hoje, ela tem 306 concursados e dois de livre provimento – naquele total que nós falamos agora há pouco, que são 306 concursados, mas tem mais dois que são livre provimento, dá um total de 308. Então, vocês já viram que houve uma redução.

A mesma coisa agora a CPOS, uma evolução do resultado acumulado dos últimos 20 anos: foram seis anos de resultados positivos, logo, 14 anos de resultados não satisfatórios. A evolução do patrimônio líquido andou em linha durante esses 20 anos, uma empresa não dependente do Tesouro – com altos e baixos, mas praticamente já podemos dizer economicamente uma empresa que andou uma curva de lado, certo? A evolução do quadro de pessoal: hoje, em 2019, houve uma redução significativa. O número de empregados: 167 concursados e 23 de livre provimento, também uma redução do número de empregados.

A Emplasa, lembrando que a Emplasa é empresa de produção do conhecimento. A evolução do resultado acumulado dos últimos 20 anos: sete anos de resultados operacionais negativos, logicamente os 13 com prejuízos. A evolução do patrimônio líquido foi uma curva, na primeira década desses 20 anos, ascendente; depois andou de lado o resultado do patrimônio líquido. O quadro de pessoal é com um viés de baixa, uma curva descendente, a exemplo das demais. Nós tivemos o cuidado também...

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Sr. Nelson, só para lembrar que resta apenas um minuto.

O SR. NELSON DE SOUZA - Está ótimo. São quantas empresas? Três, não é? O senhor pode me conceder mais uns... Não? Está ótimo. Então deixe-me falar aqui o seguinte, só para finalizar; deixar bem claro, pessoal, só para concluir, Sr. Presidente: tem acontecido tudo isto em outras instâncias no poder Executivo. Lembrando que foi solicitado e nós fizemos um PDV, um Plano de Demissão Voluntária, exatamente com o cuidado para, independentemente do que o Legislativo, que quando diz assim “foi mandado o Projeto de lei 001 para o Poder Legislativo”; os poderes constitucionais são três, quem vai definir se vai extinguir, se vai fundir, se vai incorporar, se vai isto, não é o Executivo, é o Legislativo. Nós, do Executivo, fizemos todo esse trabalho...

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Conclusão.

O SR. NELSON DE SOUZA - O governador mandou para o Legislativo o Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Senhores.

O SR. NELSON DE SOUZA - E foi feito um PDV, pessoal, posso dizer para os senhores, melhor Plano de Demissão Voluntária que eu já vi dos poderes. Então, vocês estão vendo, foi feito isto. E aí, senhores, eu sei, nós tivemos vários lados.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - A conclusão, Sr. Nelson.

O SR. NELSON DE SOUZA - Então, pessoal, muito obrigado. Podem ter a certeza, nós estamos tendo o cuidado, principalmente, com os senhores empregados, que foi o pedido pelo governador e o vice. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Senhores, os senhores depois terão a oportunidade de os senhores falarem, então vamos respeitar a pessoa que está na tribuna falando, sem ofensas.

Bem, queria anunciar também a presença da nobre deputada Márcia Lula Lia, a nobre deputada Isa Penna, também presente ao nosso lado, e fazer só um informe: chegaram à conclusão aqui as empresas, falarão pela Dersa o Sr. Carlos Satoru e o

Cláudio Dias. Vão compartilhar os dez minutos, é isso, Dersa? Os empregados. Aliás, desculpa, seis minutos, são três minutos de cada. Então falarão seis minutos, os funcionários. O combinado foi dez minutos, perfeito. Foi falha deste presidente. Falarão pela Dersa, então, os Srs. Carlos Satoru e o Cláudio Dias. Perfeito. Pelos funcionários, vão compartilhar esse tempo dos trabalhadores. Pela CPOS falará a Livia. É isso mesmo, Livia Gasparelli? Pela Emplasa, a Sônia Cristina Dias Batista, e pela Imprensa Oficial, falará o Sr. Cláudio Luiz de Oliveira Soares.

Nós não temos ainda representantes da Emplasa e Codasp. A Sônia está? Nós vamos nos acertando devagar. Passamos a palavra agora ao representante da Dersa, chefe de gabinete, Sr. Hermes da Silva. Representante da Dersa terá cinco minutos. Também quero anunciar a presença da deputada Carla Morando e da deputada Professora Bebel Lula. Com a palavra, Hermes, chefe de gabinete da presidência, representando aqui a Dersa.

O SR. HERMES DA SILVA - Bom dia a todos e a todas. Eu fui pego de última hora, porque o nosso presidente Milton Persoli era para estar presente, mas ele teve um contratempo e o governador o chamou ao Palácio. Então, ele me ligou, era 9h50, eu estava na Dersa ainda, para que eu viesse aqui para falar e representar a empresa na presença de vocês. Queria cumprimentar os senhores deputados na pessoa do deputado Carlão Pignatari, líder do Governo nesta Casa; cumprimentar os senhores e senhoras aqui presentes e os meus colegas companheiros da Dersa, que aqui estão presentes.

Meu nome é Hermes, sou chefe de gabinete da Dersa e estou na Dersa há 12 anos. A Dersa é uma empresa estatal do governo do Estado que vai completar agora em maio 50 anos de existência da sua criação. A Dersa foi criada em São Paulo por um decreto-lei para a realização de investimento do Estado no setor rodoviário. Ela é subordinada à Secretaria de Logística e Transportes e foi desde os seus primórdios a responsável não só pela construção das dez mais importantes rodovias do Brasil, se vocês pegarem hoje o ranking das rodovias do País, as dez mais importantes estão aqui em São Paulo, e dentre elas foram construídas pela Dersa. Citar a Imigrantes, Carvalho Pinto, Ayrton Senna, Bandeirantes, enfim, e tantas outras, como outras obras de menor condição, como pontes e viadutos – Ponte do Mar Pequeno, que liga a região da Baixada Santista.

E a Dersa também foi responsável pelo início das concessões rodoviárias, ou seja, foi a primeira concessionária rodoviária do estado de São Paulo e do Brasil, onde muitos dos

sistemas que se tem hoje nas concessões rodoviárias foram implantados pela Dersa. O sistema que existe hoje de auxílio ao usuário nas rodovias com ambulância, guincho, socorro imediato, foi implantado pela Dersa lá atrás, já na década de 1970, e que hoje foi incorporado pelas concessionárias. Com o advento das concessões rodoviárias para a iniciativa privada, a Dersa deixou então de ser concessionária rodoviária e passou apenas a atuar na construção de rodovias, nas obras rodoviárias, e recebeu também a incumbência de operar o sistema de travessias de balsas no estado de São Paulo. São os dois nichos de mercado que a Dersa opera neste momento.

A Dersa hoje tem 474 funcionários de um total de 780, que é o total de aprovados pelo Codec. Desses 470, temos 178 funcionários de cargo de confiança. A Dersa entende este novo momento que o governo do Estado e que o País vem passando, onde há a necessidade de você utilizar os recursos públicos para investimentos principalmente na área de Segurança, Saúde, Educação e Assistência Social. Nós entendemos que o plano de Governo do atual governador João Doria traz a todos nós um desafio de nos adequarmos a essa nova visão de Estado e de País.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Sr. Hermes, só para lembrá-lo que resta um minuto.

O SR. HERMES DA SILVA - E nesse sentido, então, a Dersa está se colocando à disposição, no sentido de preservar todo o nosso corpo funcional, os funcionários, discutindo amplamente não só no âmbito do governo do Estado, mas também com os nossos funcionários para que nós possamos chegar a um bom termo nesse sistema, nesse critério, e nessa decisão que o governo do Estado trouxe para esta Casa, a Assembleia Legislativa, para debater. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Obrigado. Anunciamos também a presença da nobre deputada Dra. Damaris. Seja bem-vinda. Convidamos agora o presidente da Imesp, Sr. Nourival Pantano Junior, representando a Imesp, que falará também por cinco minutos.

Apenas informar que o deputado Paulo Fiorilo está dando para gente uma sugestão: eu tenho avisado aos senhores oradores quando falta um minuto, mas para avisar faltando dois, para se prepararem melhor. Eu vou avisar faltando dois minutos. Com a palavra o Sr. Nourival, representando aqui a Imesp. Mais um informe: o Wagner,

da Prodesp, e o Nourival, da Imesp, farão as apresentações em conjunto, porque as empresas estão ligadas. Então, por favor, os senhores têm dez minutos compartilhados.

O SR. NOURIVAL PANTANO JUNIOR - Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Srs. Deputados; bom dia aos colegas de trabalho e aos senhores funcionários. Estou vendo aí o pessoal imprimindo cidadania e acho que é isso mesmo que a Imesp faz. Antes até de começar a falar um pouco do intuito, acho que com relação ao projeto Imesp-Prodesp nós temos uma clareza da junção das empresas. A gente não pensa “Ah, a ordem do governador João Doria e do secretário de governo Rodrigo Garcia”, porque a gente trabalha com uma ideia de clareza para com todos e o nosso processo é a junção das duas empresas – até porque a própria Imprensa Oficial, o próprio Diário Oficial tem uma obrigação legal, federal, de existir. Então, ninguém aqui também está falando em extinção, ninguém aqui está falando em fechamento dessas duas entidades.

Quando a gente fala em Prodesp e Imesp, elas são empresas diferentes do mesmo quadro geral que se apresenta. São duas boas empresas, são empresas superavitárias. O Imesp deu um lucro no ano passado, um lucro líquido de 61,2 milhões; no ano anterior, de 74 milhões. A Prodesp deu um lucro no ano passado de 59,7 milhões. Nós temos hoje ali, de carreira, na Imesp, 561 funcionários; em comissão, 174, sendo que 63 cargos são ocupados por funcionários de carreira. Na Prodesp, são 1.452 funcionários de carreira e 266 em comissão.

Bom, quando a gente fala na justificativa dessa integração, dessa junção, a gente ganha muita sinergia das diversas áreas administrativas com funções similares. As presidências, diretorias, áreas de governança, conselhos, compliance, as próprias diretorias em si, comitês de ética, elegibilidade, recursos humanos, financeiro, compras, contratações, assessorias técnicas e jurídicas existem nas duas empresas, o que vai gerar um resultado de eficiência e economia no serviço prestado. Até aí, todo mundo vai dizer “Mas qualquer empresa pode fundir com qualquer empresa, porque isso existe em qualquer empresa”, mas, além dessa sinergia administrativa e esses ganhos, que são muito consideráveis, você tem a ordem da sinergia técnica.

O portfólio da Imesp foi evoluindo muito para a área de tecnologia, e o portfólio da Prodesp é fundado em tecnologia. O Estado acaba fazendo, às vezes, um investimento redundante, ou seja, ele acaba investindo recurso público em áreas similares que poderia estar investindo em uma única vez. Então, a lógica do governador João Doria, quando fala na fusão ou incorporação ou mesmo na construção de um novo

modelo jurídico que está sendo desenhado por uma consultoria técnica especializada, é dizer: “Olha, vamos lá dar eficiência ao sistema”. Ninguém aqui vai sair demitindo funcionário, ninguém aqui tem isso. Quando qualquer presidente de empresa assina uma exoneração com tranquilidade, eu acho que ele perdeu humanidade, porque todo mundo sabe que ali atrás tem uma família. Então, ninguém faz isso com prazer, ninguém faz isso com o coração tranquilo. Obviamente que o peso da caneta traz também esse ônus.

Então, o Estado está, como um todo, estudando um projeto de PDV, esse PDV será apresentado aos funcionários, que farão adesão. Na Imesp, o meu sentimento é que a adesão será extremamente positiva. Ele visa mesmo a dar dignidade a esse funcionário que deseja, assim, que sentiu que cumpriu a missão e quer deixar a empresa. Da minha parte, nós imaginamos que só nessa redução e nessa junção de custos, pelos dados de balanço – são dados públicos –, nós teremos uma economia de 67 milhões por ano para que a gente possa investir em Saúde e Educação, quer dizer, porque devolvemos ao acionista controlador que vai investir dinheiro em Saúde, Educação, Segurança Pública e Desenvolvimento Social, que são as funções precípuas do Estado. Eu acho que da minha parte é isso. Eu queria agradecer a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Agora o Wagner, não é? Isso, Wagner Coppede.

O SR. WAGNER COPPEDE - Bom dia a todos, meu nome é Wagner Coppede, eu sou diretor de operações e diretor do Poupatempo na Prodesp. Eu gostaria de complementar o que o Nourival falou, que, quando se fala de Prodesp, se fala em processamento de dados. É um pouco invisível, muitas vezes, para se entender o que é processamento de dados. Eu gostaria de dizer que a Prodesp, além de suportar as atividades de informatização de todas as secretarias no dia a dia de suas atividades, ela também suporta o cidadão no dia a dia. Cada vez que nós vamos a um Poupatempo tirarmos uma Carteira de Identidade ou uma Carteira Nacional de Habilitação, é a Prodesp que está por trás com seus sistemas, é a Prodesp que está por trás processando. Cada vez que um cidadão recorre a uma atividade qualquer do Estado, é por trás que tem os sistemas da Prodesp desenvolvidos e processando.

Bom, o Nourival colocou essa evolução tecnológica que a Imesp teve, ela nasceu como Imprensa do Estado. Em 2017 passou a publicar o seu Diário Oficial de forma eletrônica e, por outro lado, então, ocorreu uma sinergia, vamos dizer, olhando a

Prodesp com processamento de dados de um lado, e o Imesp vindo e criando a sua digitalização, inclusive como órgão certificador do Estado. Então as duas empresas hoje têm muita sinergia e não é só uma sinergia de pessoal, é uma sinergia de estrutura. Se olharmos a Prodesp, nós temos um data center bem robusto, com geradores, com no-breaks para que ele funcione 365 dias por ano, 24 horas por dia. Quando olhamos o Imesp, ele também tem um data center com servidores, com no-breaks, geradores e assim por diante.

Falando em unir essas duas empresas, de imediato, toda essa infraestrutura, nós deixamos de ter duas para ter uma única infraestrutura, então nós podemos economizar para o Estado significativamente na junção de data centers. Para se manter um data center desse funcionando 24 horas por dia, 365 dias por ano, é um custo bem elevado. Essa junção não é só para a infraestrutura, ela também vai para os servidores, para as licenças de softwares e tudo que rodeia esse ambiente de tecnologia. Então, além das sinergias que foram citadas, essa sinergia de tecnologia, de irmos para a frente, vamos dizer, olhando a questão de digitalização do Estado, vai ser um grande ganho. Agradeço a todos e me mantenho aberto.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Muito obrigado, senhores. Bom, anunciar também a presença da nobre deputada Beth Lula Sahão e do deputado Dirceu Dalben.

Conversando com os senhores deputados aqui que fizeram uma solicitação, nós havíamos deliberado, combinado, que falariam as entidades primeiro, depois os deputados. Como nós temos agora o quórum alto, vários deputados, nós vamos então, por sugestão do nobre líder do PT, o Barba, intercalar aqui as falas. Então falará uma entidade, depois um deputado.

As entidades, como combinado, por dez minutos, e os deputados por cinco minutos. Vamos então iniciar as falas das entidades. Pela Dersa então falará o Sr. Carlos e o Sr. Cláudio. Então os senhores têm dez minutos, a partir deste momento, para intercalar as falas dos senhores. A tribuna é dos senhores, fiquem à vontade. Pela Dersa falarão o Carlos Satoru e o Cláudio Dias, representantes dos trabalhadores.

O SR. CARLOS SATORU MIYASATO - Bom, queria cumprimentar também os nobres deputados, cumprimentar as senhoras e os senhores aqui, em especial os colegas meus aqui de trabalho, muitos anos juntos. Meu nome é Carlos Satoru

Miyasato, sou um técnico engenheiro da Dersa, meu cargo lá é na gerência de planejamento.

Eu gostaria inicialmente, o Hermes acho que colocou muito bem o grande papel que a Dersa tem, assim, que ela foi ganhando durante a sua caminhada, porque de fato ela começou com a Imigrantes, que foi feita para ser uma alternativa ou complementar – porque a Anchieta já vinha saturada já naquela época, em 1969. Volta para as imagens, Carol, nas imagens das rodovias mesmo.

E, ao longo do tempo, outras rodovias precisaram ser requalificadas, como na época a Anhanguera, que também estava com bastante tráfego lá. Então na sequência a Dersa construiu a rodovia dos Bandeirantes, que todos nós já passamos. De fato, eu me orgulho muito de ter participado dessa obra, porque de fato ela qualifica as estradas, eu diria até no mundo; ela está, assim, entre as rodovias comparadas às rodovias europeias. Aqui no Brasil ela é a primeira, mas a Imigrantes também foi uma escola para todos nós. Isso possibilitou com que nós fôssemos ganhando qualidade em execução, os técnicos foram aprendendo não só na sua bagagem da escola – porque os primeiros vieram realmente grandes técnicos, temos no início o Ion de Freitas e uma série de grandes engenheiros que estiveram na empresa –, e foi ganhando qualidade ao longo do tempo.

Isso formou um corpo na empresa. Executamos em seguida a Bandeirantes, muitas lições, muitas partes de tecnologia, estrada, que eu falei, de ponta na parte de operação também. Nessa época, a Dersa instituiu tudo isso que a gente conhece de operações hoje pelas empresas concessionárias – a Dersa também é uma empresa concessionária –, mas a Dersa já executou na época, iniciou esse trabalho de operações da rodovia dos Bandeirantes, passando para a Imigrantes e também outras rodovias que foram construídas a posteriori.

Então, tudo aquilo que nós vemos, por exemplo, o sistema de ajudar o usuário, que hoje é algo comum, mas na época já havia acidentes, mas demorava muito para se chegar ao hospital, e muitas vidas foram perdidas. A Dersa criou postos de ambulância, de saúde ao longo da estrada e isso foi qualificando a empresa. Depois ela foi se habilitando e também ganhou força na parte social e ambiental, por exemplo. À medida que foi passando, fomos contribuindo com a construção de outras estradas: teve depois a Carvalho Pinto, que na época chamava Rodovia dos Trabalhadores, depois Ayrton Senna e depois, na sequência da Ayrton Senna, a Carvalho Pinto. Mas tem outras

rodovias, a Dom Pedro – não sei se você já passaram, as imagens já passaram –, mas todas essas rodovias foram necessárias.

Vamos falar um pouquinho, esquecendo um pouco agora essa situação do passado da Dersa – o passado da Dersa, eu acho que as imagens falam por si próprias, as obras falam por si próprias. Por trás dessas obras, por trás dessas essas imagens, tem pessoas qualificadas dignas e sérias que compõem essa obra. Então não é só uma execução de uma obra puramente dita. Não se pode fazer numa rodovia dessas, de altos valores, de alta tecnologia, sem ter uma boa equipe qualificada, séria e comprometida com o projeto. Então isso se vai já há 50 anos – de 1969 até 2019, em maio agora completaremos 50 anos. Como diz aquele cartaz, pedimos respeito por isso, acho que merece um respeito por isso, de toda essa equipe que foi digna de participar desse empreendimento – empreendimento que é nosso.

Mas o que acontece? Falando um pouquinho agora do futuro que nos interessa, nós queremos dizer o seguinte: que todas essas estradas, por exemplo, estão saturando em volta de São Paulo. As dez grandes rodovias que chegam a São Paulo, nos próximos 2020/2030, nós temos estudos de simulação que mostram, que vão saturar. Portanto, essas chegadas, não temos mais como nós aumentarmos essa capacidade. As aplicações foram feitas, novas estradas foram feitas; e vêm do interior de São Paulo, vêm do Porto, vêm do norte e do sul do Brasil. Então qual é a nossa situação hoje de mobilidade? Aliás, a mobilidade eu vejo que é o grande problema.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Senhor, apenas para lembrá-lo que faltam apenas quatro minutos para encerrar a fala. Vocês vão compartilhar. A fala é dos dois.

O SR. CARLOS SATORO MIYASATO - Desculpe, então eu vou concluir aqui. Apenas para dizer que nós temos um imenso campo que precisamos explorar e ganhar mobilidade numa macrometrópole que já está saturada. Todos, vindo aqui para esse evento, vimos o trânsito que está em São Paulo, a situação do caos que estamos vivendo nesse aspecto, e que uma hora isso aí vai travar.

Precisamos dessa mobilidade transferindo essa matriz não só rodoviária para a ferroviária. Aí tem um campo enorme de obras que podem ser feitas, de obras de projetos e planejamentos que incluem também a expertise da Emplasa, que eu acho que

pode ser aproveitada. Para se fazer, entende? Para os próximos 40 anos, isso não pode ficar assim. Chegou num ponto que nós precisamos de outros projetos.

Agradeço e gostaria de colocar, pedir à Mesa depois que nós tivéssemos mais uma oportunidade de continuar com esses projetos que nós estamos propondo, quer seja para uma empresa, quer seja para trabalhos, mas sem deixar de aproveitar esse capital humano que nós temos hoje na Dersa. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Lembrando apenas agora ao Claudio que o senhor tem dois apenas para a conclusão para falar sobre a Dersa.

O SR. CLAUDIO DIAS - Bom dia, nobres deputados e deputadas, bom dia aos amigos e companheiros aí de longos anos de luta. Eu ouço o governador falar em planejamento, inteligência e eficiência. Eu vou dizer para vocês o que é eficiência. Vocês viram a Rodovia dos Imigrantes, há 50 anos, ela foi construída em quatro anos; a Rodovia dos Bandeirantes há 40 anos foi construída em dois anos; a Ayrton Senna, três anos – e, diga-se de passagem, no governo militar. Agora eu digo para vocês: como é que a gente não consegue construir um Rodoanel de 40 quilômetros? Estamos há seis anos fazendo isso.

O que não pode nas empresas é ter interferência política, meu Deus do céu! (Palmas.) Deixa a empresa andar. Nós estamos falando aqui de uma Dersa que tem um know-how, uma capacitação técnica fabulosa. Não podemos jogar isso no arquivo morto, como foi jogado o processo daquele viaduto que caiu. E eu na mídia, falei no Facebook, com alguém da prefeitura: “Olha, me lembre que aquilo foi construído pela UDR”. Levaram três meses para fazer um projeto. Não pode fazer isso com um acervo técnico da Dersa, não pode acabar com a Dersa desse jeito. Tem que se estudar essa empresa.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Sr. Claudio, só para lembrar que o seu tempo está encerrado. O tempo está encerrado.

O SR. CLAUDIO DIAS - Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Convidamos agora para o uso da palavra, assim como nós combinamos, o deputado Luiz Fernando Lula da Silva.

O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Sr. Presidente, nobres deputadas, nobres deputados, quero saudar a todos os presentes aqui, e eu acho que o colega, como é que você se chama, querido? O Claudio em dois minutos deu o recado, eu acho que para todas as empresas. Nós exigimos respeito.

Hoje a gente vive um governo apocalíptico. O PSDB vendeu todos os patrimônios. Vocês lembram da Acesp, da Ceagesp? Lembram da Telesp? Lembram da Cepasa? Vocês lembram – eu estou falando só de São Paulo –, lembram do Banespa, da Nossa Caixa Nosso Banco e a CPFL? Vocês lembram? Esse era São Paulo, e o PSDB vendeu o nosso patrimônio. E agora o governador Doria veio para acabar com o resto.

Mas disse bem o companheiro que primeiro falou, o banqueiro - a primeira exposição que nós tivemos aqui foi de um banqueiro, que o Doria trouxe lá do Piauí, que não conhece absolutamente nada da história de São Paulo, não conhece a realidade das empresas. Eu queria dizer, gente, queria falar para vocês o seguinte: mostra claro que a Codasp, 90 anos, ele não disse o que a Codasp faz. A Codasp faz barragens, ela que faz barragens pelo interior; a Codasp que arruma as nossas estradas vicinais, as nossas estradas rurais pelo estado de São Paulo afora; a Codasp é que, inclusive, curva de nível para pequenos produtores é ela quem faz. Então, quero dizer, Sr. Nelson, que a Codasp não nasceu para ter lucro; a Codasp nasceu para prestar o serviço. É isso.

A CPOS não nasceu para dar lucro também, embora dê lucro. A CPOS nasceu para fazer projetos e nasceu para gerenciar. Se tivesse CPOS fiscalizando o Rodoanel, e não a turma do Paulo Preto, eu vou dizer uma coisa para vocês, não teríamos corrupção no Rodoanel.

Então, Sr. Nelson de Souza, com todo o respeito que nós temos pelo senhor, essas empresas não são para dar lucros; elas são para prestar serviços. E, por último: a Emplasa é a cabeça, ela nasceu para projetar, para planejar. E planejamento num governo que tem o discurso de que quer planejar e ter eficiência, o que o governador quer fazer? Acabar com o planejamento e, como disse o companheiro da Dersa, acabar com a eficiência. Esse é o apocalipse, esse é o fim dos tempos.

O Sr. Doria tem que lembrar que, não sei se ele fica quatro anos, porque se tiver uma eleição no meio ele sai, e ele tem que deixar o estado de São Paulo inteiro. Eu vou

dizer uma coisa para vocês. Primeiro, que o projeto está todo errado, ele mistura alhos com bugalhos; ele mistura empresas que ele quer vender com empresas que ele quer juntar, e ele bota empresas que não deveria sequer mencionar, como é o caso da Emplasa – você não vende a tua cabeça, você não vende o teu planejamento. O que está à venda? Esses funcionários que estão aqui? Não se vende a Emplasa, não se desfaz da Emplasa.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Um minuto, nobre deputado.

O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Então, para concluir, Sr. Presidente, eu creio que tem um erro, um vício na origem do projeto. Ele precisa mandar outros projetos para a Casa, ele precisa dizer o que ele quer vender, o que ele quer juntar e o que ele quer fazer, eu não sei o quê.

O que eu quero dizer a vocês, funcionários das diversas empresas aqui: eu tenho sentido que a Casa está contra esse projeto. Vocês precisam pressionar. Eu tenho visto só gente da Emplasa aqui, não vi gente da CPOS, não vi gente da Dersa. Aqui estão todos. Eu queria vê-los pressionando no plenário. É isso. Com a resistência de vocês, São Paulo vai resistir e não terá desmonte. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Senhores, também quero anunciar a presença do nobre deputado Emidio Lula de Souza. Senhores, com a palavra agora os representantes dos funcionários da Codasp – o Sr. Sidnei de Jesus Porto e o Sr. Gualberto. Têm os senhores o tempo de dez minutos compartilhados. Também presente aqui o nobre deputado Enio Lula Tatto e o nobre deputado Dr. Jorge do Carmo. Com a palavra então o Sr. Sidnei de Jesus Porto e o Sr. Gualberto, pelo tempo compartilhado de dez minutos, pela Codasp.

O SR. SIDNEI DE JESUS PORTO - Bom dia a todos. Meu nome é Sidnei, eu sou técnico operacional da Codasp, e eu quero agradecer os sindicatos que se uniram e conseguiram esse tempo para a gente poder expor por que a Codasp não deve ser fechada. Eu falo aqui em nome de todos os funcionários da Codasp. A Codasp, como está nos cartazes, tem mais de 90 anos de história, recuperando estradas rurais e cuidando dos mananciais do Estado. Atendemos a 96% dos municípios paulistas, com

ênfase nos municípios do interior. Em 2007 e em 2009 ela recebeu o prêmio do Globo Rural de melhor empresa na categoria de desenvolvimento agropecuário. A questão que estão falando que nós não damos lucro, vamos para a função social: ela permite o direito de ir e vir do morador mais longínquo do município, da zona rural até o centro urbano, no qual ele reside. Se isso não é necessidade básica para viabilizar acesso à Saúde e Educação, eu não sei o que é necessidade básica.

A Codasp tem muita importância. O carro-chefe dela é o Programa Melhor Caminho, excelência em adequação de estradas rurais com preocupação no meio ambiente em produzir água – água, esse material cada vez mais escasso. Deve ter um paradoxo. Hoje fala-se muito em meio ambiente, e o Governo do Estado quer fechar a Codasp, que contribui para o meio ambiente, contribui para a produção de água. É um grande paradoxo que estamos vivendo aqui. Além de viabilizar o direito de ir e vir do morador rural, para atender as necessidades básicas como Saúde e Educação, ela ajuda a salvar vidas. Eu cito as catástrofes de São Luiz do Paraitinga em 2010 e Itaoca em 2014. Sem burocracia alguma, bastou um simples telefonema, ou do governador ou do responsável, que a Codasp cedo no outro dia estava lá, permitindo acesso às pessoas ilhadas.

Como disse o nosso presidente, o Sr. Nelson, a nossa situação é deficitária. Vamos falar de causas e sintomas? Os sintomas não são culpa nossa. Um breve histórico: em 2009, 10 milhões de caixa; em 2015, 23 milhões de dívidas; em 2016 a empresa, que era independente, virou empresa dependente. Além disso, a Codasp, nem que não desse só lucro, mas olha a parte social que ela faz. E o que nos levou a esse quadro? Oito anos administrado por diretorias incompetentes – diga-se de passagem, indicadas pelo governo da época, indicadas pelo governo passado –, sem nenhum compromisso com a empresa e com a população. Usaram a Codasp para benefícios próprios. Em momento algum foram atrás de novos nichos de mercado e em busca de obras que pudessem realizar.

A capacidade da Codasp, capacidade produtiva, foi subutilizada. Quando éramos independentes, o governo chegou a repassar para nós 150 milhões/ano para o Melhor Caminho. Isso caiu drasticamente para 30 milhões. Muito me estranha que muitos prefeitos pedem e muito o convênio do Programa Melhor Caminho, e o governo do passado não liberou. Funcionário nosso chegou a ficar de seis meses a um ano em casa. Mas que administração é essa que prefere pagar um funcionário parado, mas não vai atrás de obra para o funcionário trabalhar? Então a culpa não é nossa. A respeito da

terceirização, não generalizando, mas na maioria das vezes visam apenas produtividade e lucro; qualidade é deixada de lado. Nós passamos por isso em 2010 e 2014, quando terceirizamos várias obras e tivemos que fazer retrabalho, causando danos ao Erário público.

E agora eu quero falar de uma coisa muito importante: o mérito dos funcionários. Você querer privatizar uma empresa onde funcionário não trabalha, até entendendo; mas se tem um pessoal que trabalha, se precisar, de segunda a domingo, das 7 horas às 18 horas, e se precisar dobra turno, chegando a trabalhar 15 a 20 dias, gente, espera aí. Onde vocês já viram isso? E, mais importante, um dado que deve ser destacado: o custo dos funcionários nossos, mensal, a média é, pasmem, de 2.788 reais. É uma empresa barata e com eficiência no que faz. Se falar que é custo, veja bem o salário que nós ganhamos, só para vocês terem noção: 62% dos funcionários ganham abaixo de 2.800 reais, e são na maioria os operadores de máquinas – vários deles estão aqui lutando pelo emprego e pelo sustento da família em casa –; 25 % dos funcionários ganham de três mil a cinco mil reais; 12 % de cinco a dez mil reais, e apenas 1% ganha mais que dez mil reais. Eficiência e preço justo. Terceirizar, ficar nas mãos dos terceirizados, por quê?

Agora é simples, não é? O Estado que tem aproximadamente 220 mil quilômetros de estradas rurais, eu não vejo por que abrir mão de pessoal especializado e barato e ficar nas mãos do pessoal terceirizado. Parafraseando o nobre deputado Campos Machado: ‘Agora todo mundo tem uma fórmula mágica que diz que faz o trabalho da Codasp.’ O que eu tenho visto por aí, raras exceções, é uma cópia muito mal feita do que fazemos e estou vendo isso aí na maioria dos municípios de estradas rurais que servem de canal para levar solo para assoreamento dos rios. É isso. Fica aqui o meu pedido: salvem a Codasp e, por favor, pensem nas 308 famílias que dependem do nosso emprego.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Lembrando ao Sr. Gualberto que restam-lhe quatro minutos.

O SR. GUALBERTO - Quero agradecer os deputados e deputadas que estão dando aqui uma lição de democracia. Isso é democracia, essa oportunidade é democrática, não o que aconteceu na Codasp, quando o presidente que veio aqui e acabou de falar em democracia, mas quando eu tinha ido falar com o secretário Rodrigo

Garcia sobre o que ele estava pensando sobre a Codasp. Fui na empresa para informar os trabalhadores sobre o que iria acontecer a pedido do Rodrigo Garcia, e o que aconteceu? Ele, o presidente que estava em reunião com o Conselho de Administração, mandou que o outro diretor saísse e me impedisse de falar com os trabalhadores. Eu fui impedido pelo presidente. Isso significa que se o senhor fala em democracia, o senhor não tem ideia do que seja democracia. O senhor não aprendeu democracia com o Bobbio, com o Iluminismo, sequer com a Escola Americana. O senhor não tem ideia do que seja democracia.

Quando o senhor fala em números, o senhor não conhece a Codasp. O senhor está há dois meses; eu estou na Codasp há 42 anos. Eu sei como trabalham os trabalhadores da Codasp. O senhor não tem autoridade para falar da situação dos trabalhadores da Codasp. O senhor só fala em números, como o banqueiro que é, mas não tem a dignidade, não tem a sensibilidade de considerar que, além de números, existe cidadania, existe humanidade. Isso não está no seu vocabulário.

O senhor fala de celetista como se fosse fácil demitir celetista, mas, só para o seu governo, hoje a Justiça do Trabalho não está considerando que só por ser celetista pode ser demitido, muitos estão sendo readmitidos. E boa parte das ações trabalhistas que o senhor acusa o sindicato de ser responsável é por conta de trabalhadores que não podiam ser demitidos e que foram demitidos por irresponsabilidade das administrações anteriores.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Um minuto, Sr. Gualberto.

O SR. GUALBERTO - Então, só gostaria de reafirmar e assinalar que democracia é isso que os nobres deputados e deputadas estão oferecendo. Democracia é a gente participar cotidianamente aqui na Assembleia indo, como formiguinha, de gabinete em gabinete. Nós fomos em vários, fomos muito bem acolhidos, não teve um só deputado ou deputada que não nos tivesse acolhido, assessores da mais alta competência; um trabalho de formiguinha. E eu agradeço muito aos deputados e deputadas por terem nos acolhido tão bem e estarem nos proporcionando esse espaço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Com a palavra agora o nobre deputado Paulo Fiorilo Lula. O senhor fique à vontade.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sr. Presidente, senhores deputados e deputadas, trabalhadores aqui presentes, acho que nós temos vários problemas com esse projeto. O primeiro deles é que o governador deve estar zombando da Assembleia, porque ele manda um projeto com três artigos que ele não diz exatamente o que ele quer com as empresas. Ele elenca o que ele pode fazer como alienações, transformação, fusão, cisão, incorporação e extinção. É inadmissível que o governador faça isso com a Assembleia Legislativa. Isso aqui é pior do que dar um atestado de incompetência para esta Casa, que é responsável por fiscalizar o governo.

Então nós precisamos, primeiro, parar com essa brincadeira. O governador não pode querer fazer aqui extensão do gabinete dele. A segunda coisa, o governador não diz o que ele quer com as empresas, ele não diz se vai fazer PPP com a Dersa, com a Emplasa, ele não fala nada; e ele não diz quais são os valores estimados de cada uma dessas empresas. Como é que vocês vão discutir ou como é que nós vamos discutir cada caso se o governador impossibilita esse debate?

E não acho que é culpa de quem veio aqui falar. Não acho que é culpa. Aliás, tem um outro problema de origem: o debate aqui dessa audiência pública não deveria ser com os que falaram aqui, mas com o Meirelles, com o Rodrigo Garcia, com aqueles que propuseram esse projeto. Por isso, Sr. Presidente, eu queria aqui já registrar o meu repúdio a essa audiência desta forma, porque nenhum dos que falaram disseram o que vai acontecer com as empresas.

Ninguém disse o que vai ser com a Emplasa, o que vai ser com a Dersa, todo mundo aqui veio falar que a empresa tem déficit, tem tantos funcionários, mas o valor delas hoje e a importância dessas empresas passaram ao largo, exceto as falas dos funcionários. Portanto, se a gente quiser fazer o debate sério, nós temos que trazer aqui uma audiência pública com o Meirelles e com o Rodrigo Garcia, que são os pensadores desse projeto, e quem sabe então ouvir o governador, o que ele quer fazer. Porque tem um problema grave no PSDB. Vocês que são de São Paulo devem ter acompanhado. Aqui na cidade de São Paulo o governador apresentou um projeto de privatização, de parceria, enorme. Hoje, o sucessor dele já reduziu, porque não vai conseguir fazer.

Então nós estamos entrando numa lógica que é entregar para os empresários o que é patrimônio desse Estado, e não só os funcionários, mas aquilo que a gente

conseguiu ao longo de anos, construir com a expertise, com uma capacidade desenvolvida e acumulada como nós vimos aqui na questão das estradas ou mesmo na Codasp. A quantidade de estradas de terras que nós temos nesse Estado é impressionante ainda – quem conhece, o pessoal da Codasp sabe disso. Quem vai para Itapirapuã Paulista sabe a dificuldade que é; quem tem que andar na região do Vale do Ribeira sabe a dificuldade que é.

E infelizmente o Estado mínimo que este governo vem implementando, esse governo do PSDB há 24 anos, é de reduzir as atribuições das empresas, é de precarizar, de canibalizar para poder vender barato.

Portanto, Sr. Presidente, está errado o encaminhamento desta audiência. Para mim ela deixa de ter valor quando ela tem essa concepção. Nós queremos ouvir aqui o Meirelles e o Rodrigo. Esse é o debate que nós temos que fazer, porque discutir com os representantes das empresas é balela, até porque eu queria que eles respondessem as seguintes perguntas: quanto vale cada uma das empresas de vocês? Segundo: o que vai acontecer com a empresa? Qual é a proposta do governador? É de fusão, é de transformação, é de cisão, é de parceria público-privada? Se vocês não contarem isso para a gente, não valeu a conversa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Obrigado, nobre deputado. Senhoras e senhores, convidamos agora a representante dos funcionários da CPOS, a Sra. Lívia Gasparelli, por dez minutos.

A SRA. LÍVIA GASPARELLI - Bom dia a todo mundo. Eu sou arquiteta concursada da CPOS, tenho pouco tempo de casa, tenho cinco anos de casa, e a gente preparou um texto, eu vou ler explicando o que a CPOS faz que eu acho que é o grande diferencial, porque eu acho que muita gente não sabe o que a CPOS faz. Então a CPOS é uma sociedade de economia mista, e o nosso argumento contra o projeto é que ele não contou com diagnóstico prévio na sua elaboração pela viabilidade, a imprescindibilidade e a dependência das empresas dos recursos governamentais. A CPOS é economicamente autossuficiente, estratégica para o Estado, gerando economia e confiança no atendimento público-público, garantindo eficiência e protegendo o dinheiro público.

A CPOS atende 70 estâncias turísticas do Estado e 140 municípios de interesse turístico. Atende também a Secretaria de Desenvolvimento Regional, que aporta

recursos para 645 municípios do Estado. Atualmente, são geridos mais de 2.600 convênios no montante de 1,9 bilhões, cujo trabalho consiste na formalização, acompanhamento, liberação de parcelas, aditamento, encerramento, gestão e apoio aos municípios para a eficiência dos recursos dos convênios de acordo com as emendas parlamentares e verbas do Dade.

Com o encerramento das atividades da CPOS, os municípios terão dificuldade de receber esse repasse e até mesmo podem não receber. A CPOS também presta serviços de estudo de viabilidade, projetos básicos, executivos e legais, planilhas orçamentárias, viabilizando empreendimentos para diversos órgãos públicos. Dentre os serviços que a CPOS já prestou de projetos, destacam-se: padrões para unidades prisionais do Estado; escolas técnicas e faculdades de tecnologia do Centro Paula Souza; padrão para os Fóruns estaduais; restauro e recuperação do auditório do Memorial da América Latina; várias unidades da Polícia Técnico-Científica; reforma e restauro do Edifício Garagem Alfredo Issa; e reforma do Palácio da Polícia.

Além disso, a CPOS elabora o boletim de referência de custos, que é a base para a contratação de obras públicas. Utilizam o boletim da CPOS órgãos como o Ministério Público, o Tribunal de Contas do Estado, o Tribunal de Justiça, a própria Alesp, o estado de São Paulo como um todo, os municípios e outros estados da Federação. A CPOS gerencia mais de 700 empreendimentos do Governo do Estado de São Paulo, como presídios, fóruns, escolas técnicas, unidades da Fundação Casa, delegacias de polícia, pontes de municípios, entre outros. Só nos últimos dez anos, fiscalizou a correta e eficaz aplicação de 2,6 bilhões de reais de recursos públicos destinados à execução de obras. O gerenciamento das obras das unidades prisionais pela CPOS é exigido e obrigatório quando há aporte financeiro do governo federal.

A CPOS realiza em torno de 1.000 laudos de avaliação de bens de imóveis por ano para toda a Administração pública. A companhia é membro titular do Ibape, que é o Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de São Paulo, que é o órgão que certifica e auditoria os laudos. Também é membro da Comissão de Licitação de Venda de Imóveis do Estado de São Paulo, ligado ao Conselho de Patrimônio Imobiliário do Governo, com direito a voto. A CPOS desenvolve serviços de planejamento e ordenamento territorial, tais como viabilidade de registro da titularidade dos bens através da regularização fundiária edilícia, com expertise em núcleos urbanos informais, apoio técnico para ações de desapropriação, apoio técnico social, certificação

de contratação de parceria público-privada, apoio técnico à municipalidade para elaboração de legislação de planejamento e ordenamento territorial.

Na última pesquisa de satisfação aos clientes, o resultado alcançado foi de 78% de contentamento, o que denota a eficiência e a produtividade da companhia. A empresa responsável pela pesquisa concluiu que o excelente resultado alcançado decorreu especialmente da notória expertise técnica da equipe da CPOS, aliada ao conhecimento de todas as premissas e definições da legislação de contratação pública. A companhia é o braço técnico de inúmeras prefeituras, secretarias de Estado e órgãos públicos, suprimindo a deficiência de mão de obra e aparatos dos órgãos. Soma-se a isso a possibilidade de contratação da CPOS por dispensa de licitação nos moldes do artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666, que agiliza os procedimentos para contratação e elaboração de serviços. Ressalta-se que a condição para contratação por dispensa exige a compatibilidade de preços com o mercado.

Diante do exposto, fica clara a grande importância da nossa empresa no que tange a economia, eficiência e transparência. Logo, acreditamos que será de grande prejuízo tanto para o Governo do Estado bem como para toda a Administração pública, direta e indireta, o encerramento de nossas atividades. Contamos com o voto contra a aprovação do projeto de lei ou pela retirada da CPOS da possibilidade de privatização, fusão e incorporação ou qualquer outra forma de transformações societárias, assegurando com isso que o Estado não coloque a raposa cuidando do galinheiro.

A gente levantou umas perguntas também que seria muito bom se alguém respondesse para a gente. A primeira: a CPOS não depende de aporte financeiro do Estado, então por que ela está no projeto de lei? Eu não consigo entender. Se a gente não depende do dinheiro, qual é a economia que vai ter nisso? A CPOS realizou, só nos últimos dez anos, serviço de fiscalização de obras públicas, como eu falei, no valor 2,6 bilhões de reais. Sendo uma empresa do Estado, fiscalizou a correta e eficaz aplicação do dinheiro público na execução de obras, sendo cérebro e o olho do Estado. Se deixar de existir, a quem será dada essa responsabilidade de resguardar a aplicação do dinheiro público?

* * *

- Fala fora do microfone.

* * *

A SRA. LÍVIA GASPARELLI - À raposa, com certeza. A CPOS faz a projeção de mais de 2.600 convênios – 1,9 bilhões de reais. A CPOS apoia o Governo do Estado na fiscalização dos recursos destinados ao município diante de emendas parlamentares impositivas, verbas do Dade e outras. Se a CPOS deixar de existir, qual empresa tem fé pública para avaliar os serviços executados nos municípios para repasse dos recursos do Estado? No Projeto de lei 01/2019, que foi publicado no dia 2, o Governo foi capaz de, em tão pouco tempo, fazer um estudo técnico-econômico das empresas citadas? Se sim, esse estudo possibilitou concluir qual a vantagem de sacrificar todo o know-how e expertise dessas empresas se comparada à atuação da iniciativa privada? Se sim, esses estudos, separados por empresa, foram entregues aos parlamentares para apreciação? Já foi falado aqui que não. Ou, simplesmente, foi mais um jogo de marketing, apostando no aplauso dos eleitores que ainda acreditam no estigma de que empresas públicas são ineficientes?

O SR. NELSON DE SOUZA - Presidente, posso responder?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Não, não. O seu tempo está correndo.

A SRA. LÍVIA GASPARELLI - Pode responder. Se puder aqui...

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Não, não vamos abrir exceção. Não vai responder. Seu tempo está se encerrando.

O SR. - Terceirizar os lucros e socializar os prejuízos.

A SRA. LÍVIA GASPARELLI - Exatamente. Tem mais duas questões. A CPOS avalia imóveis e bens para alienação ou locação de interesse do Estado. Quem avaliará os imóveis para o Estado...

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Um minuto.

A SRA. LÍVIA GASPARELLI - Pretende desapropriar com o sigilo necessário à questão, sem que se provoque uma especulação imobiliária com indenização que extrapole o valor real do bem?

Como eu falei antes, a CPOS é o braço técnico de inúmeras prefeituras, secretarias do estado e órgãos públicos. A gente pode ser contratado com dispensa de licitação, o que agiliza o procedimento para contratação e elaboração de serviços. Vocês conseguem mensurar a importância dessa prerrogativa na agilização dos empreendimentos públicos, o quanto que isso... É uma média de seis meses, mais ou menos, que se ganha de prazo de projeto ou ter uma dispensa de licitação.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - O seu tempo se encerrou.

A SRA. LÍVIA GASPARELLI - Obrigada, gente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Muito obrigado. Também queremos anunciar aqui a presença do nobre deputado Marcio Nakashima. Convidamos agora para o uso da palavra a nobre deputada Isa Penna.

A SRA. ISA PENNA - PSOL - Olá a todas e todos. Eu queria falar que eu sou a deputada pelo PSOL aqui de São Paulo, Isa Penna. Primeiro lugar, dizer o meu máximo respeito e a minha máxima admiração pela luta de todos e todas as trabalhadoras aqui presentes. Queria registrar em primeiro lugar que é lamentável a covardia do Governo de não vir pessoalmente aqui olhar no olho do trabalhador, que ergueu e que carrega esse estado nas costas, e de não vir aqui dialogar sobre a venda do patrimônio público.

Em segundo lugar, registrar que nós, da bancada do PSOL, não temos ilusão quanto a nenhum processo de privatização, porque a gente sabe como essa conta funciona. É o mínimo que se precisa gastar para o máximo do lucro que se pode ter. É assim que se faz na iniciativa privada, e é por essa razão que nós sabemos que essa fórmula não serve; aquilo que é, não um serviço, mas um direito das pessoas, o direito básico do acesso aos hospitais, por exemplo.

Ao vender, ao falar em fusão, cisão ou não falar o que vai acontecer com a Dersa, o governador está abrindo mão do planejamento econômico, porque nessas estradas roda 60% da economia do País. Ao falar de abrir mão da CPOS, o governador

está falando em abrir mão da Segurança Pública. Então a gente está falando de abrir mão de coisas básicas na sociedade brasileira, na sociedade paulista. Ao falar de abrir mão da Prodesp, o governador está falando de abrir mão do Poupatempo, da gestão do Poupatempo, que é um dos serviços mais bem avaliados – 98,8% dos paulistanos avaliam como positivo esse serviço. Ao falar de abrir mão da Prodesp, o governador também fere a Lei Federal nº 13.709, que é o Marco Civil da Internet, porque hoje a gente sabe que dados são a moeda mais cara do mercado – informação é a moeda mais cara do mercado –, então a privacidade de todos vocês aqui, onde seus filhos estudam, tudo isso vai estar na mão de quem? Para quê? De quais empresas? Para gerar que consumo? Quem são essas pessoas que têm dinheiro para gerir esses dados todos e para que eles vão ser utilizados? Óbvio que vai ser para estimular cada vez mais o lucro e a concentração de renda no País.

O que nós queremos é distribuição de renda no País e no estado de São Paulo. Quando a gente fala em abrir mão da Imprensa Oficial, a gente está falando de abrir mão da democracia no estado de São Paulo, porque é informação, e informação é democracia; informação é a única arma do povo e por isso ela não pode ser privatizada e nem fundida e nem cindida – a gente sabe que essas palavras boas para falar da mesma coisa que é a precarização daquilo que não são só serviços públicos, são direitos públicos das pessoas e de cada cidadão do estado de São Paulo.

E eu queria dialogar, inclusive, com os trabalhadores e trabalhadoras da Codasp, que foi falado aqui que também são responsáveis pelas barragens. A gente viu o que deu a privatização da Vale com as tragédias de Mariana e Brumadinho. O governador está querendo colocar a população do estado de São Paulo em risco, e não vamos deixar que isso aconteça.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Um minuto, nobre deputada.

A SRA. ISA PENNA - PSOL - Por fim, fica claro uma coisa: que a única coisa que dá para abrir mão é do próprio governador. É dele que o estado de São Paulo pode abrir mão.

Por isso, Sr. Presidente, nós do PSOL exigimos que desse projeto seja retirado o seu caráter de tramitação de urgência, porque o que é urgente é o governador vir aqui dialogar olho no olho dos trabalhadores e justificar o que ele vai fazer com todas essas

vidas, as vidas dos cidadãos do estado de São Paulo que ele está colocando em risco com esse projeto, e a vida dos trabalhadores e das famílias dos trabalhadores que dependem desses empregos.

E por fim eu quero também dizer que nós precisamos do compromisso de cada um dos deputados desta Casa, porque o governador pode até parcelar esse projeto, mas aí nós seremos a favor da privatização de qualquer uma das empresas aqui? Seremos?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Tempo encerrado.

A SRA. ISA PENNA - PSOL - Então o compromisso é de cada deputado, porque vocês têm que exigir é de agora, pedir a retirada da tramitação de urgência, mas também de longo prazo. Nós não podemos permitir a privatização, fusão, cisão, o nome que quer que seja. Eu sou advogada, eu sei o que eu estou falando. Isso significa a precarização dos serviços.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Tempo encerrado, deputada.

A SRA. ISA PENNA - PSOL - Então, nosso compromisso aqui, com vocês, tem que ser de longo prazo. Parcelado ou não parcelado, não ao PL 01 de 2019!

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Senhoras e senhores, queremos também anunciar a presença da nobre deputada Leci Brandão e do nobre deputado José Américo, também presente. Agora com a palavra a representante dos funcionários da Emplasa, Sania Cristina Dias Baptista.

A SRA. SANIA CRISTINA DIAS BAPTISTA - Bom, inicialmente eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, tanto à Casa, que deu essa oportunidade deste debate, mas principalmente aos meus colegas que estão me dando a honra de representá-los.

Eu ia começar falando o que a Emplasa faz, mas depois de tantas falas eu não resisti a falar um pouco do PL 01. E eu já disse, na primeira audiência chamada pelo deputado Giannazi, que, se aprovasse o PL, a gente não sabia o que ia acontecer no dia

seguinte. Depois daquele dia a gente só ouviu cochichos. Em relação a algumas empresas, falavam em extinção, e nós da Emplasa estamos nesse pacote.

Aí eu vejo que o PL 01 deu entrada aqui no primeiro dia útil. E aí, quando o nosso presidente das três empresas vem com o que diz que é um estudo técnico, só pode ter acontecido depois do PL 01 estar aqui, porque ele tomou posse depois disso. Então, esses estudos não embasaram o projeto de lei, o que a gente acha que é um desrespeito com a Casa, é um desrespeito conosco, que fazemos um trabalho técnico, empresas de 30, 40, 50 anos - a Emplasa tem 45.

Então, o que eu queria falar é que é um projeto que não diz nada – projeto de quatro artigos e que não tem base alguma. Os números que o Governo trouxe, principalmente no caso das três empresas que são presididas pelo Sr. Nelson, fazem uma conta que só leva um lado, só leva a uma questão financeira de um ponto de vista, porque eu também podia fazer essa conta de outra forma.

Só para contar para vocês, a Emplasa é uma empresa pequena, que está na ordem de 130 funcionários e que tem um custo para o estado de um real por habitante por ano. Caro, não é? É uma empresa que cuida das informações – alguém falou do valor das informações – e dos dados e da análise desses dados, do conhecimento para o Estado todo. A parte de cartografia, a Emplasa faz para todo o Estado – essa é outra questão que acho que alguns companheiros também citaram. Vamos supor, pode ser feito privadamente? Pode. Só que a Emplasa tem fé pública.

Quando existe um processo judicial, nós colocamos e damos um laudo que dali para lá é área de proteção dos mananciais, que aquele rio está ali mesmo, e que podemos justificar e temos fé pública. Se isso for feito por várias empresas de uma forma privada, nós corremos o risco, sim, de ter conflitos nas informações; nós corremos o risco de pagar isso várias vezes.

Então, para ajudar na conta do Governo, a Emplasa, nos últimos seis ou sete anos, só de produto cartográfico fornecido ao próprio Governo do Estado de graça, nós calculamos em torno de 645 milhões de reais. Esse número não está na conta do nosso presidente, talvez ele não conheça esse dado. Esse número não está na conta dele. Nós estamos fazendo planos de desenvolvimento urbano integrado para todas as regiões metropolitanas no Estado.

Só para lembrar, vocês podem – eu não sei os valores, mas se for procurar, o escritório do Jaime Lerner fez para o Rio de Janeiro, com o dinheiro do BID; eu não sei, mas certamente são dezenas de milhões, e a gente está fazendo para todas as regiões

metropolitanas. A de Campinas, estamos com um pequeno contrato que a agência de desenvolvimento está pagando, mas as outras aqui, em São Paulo já está pronto o projeto de lei, a gente fez porque é a nossa função, paga por aquele recurso de um real por habitante por ano. A gente acha justo e correto.

Então as contas têm que ser refeitas, em nossa opinião. Nós temos que parar de falar em lucro e começar a falar em resultados para a população.

A nossa empresa chama-se Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. O que nós estamos vendo é que o Governo talvez não conheça o significado de duas dessas palavras. Uma é “planejamento”. Qualquer avó diria que planejar é pensar antes de fazer usando todas as informações possíveis para tomar a melhor decisão, poder cotejar inclusive possibilidades para tomar a melhor decisão. É o cérebro, é o pensamento. Como terceirizar o pensamento? Eu posso precisar pôr uma prótese, se eu perder um membro; agora, se eu trocar meu cérebro, serei outra pessoa, não serei eu mesma. Se eu terceirizar meu cérebro, quem vai pensar é o terceiro – a raposa.

A outra palavra que eu acho que o Governo não sabe o que é, é a palavra “metropolitana”. A gente trabalha com isso há 45 anos. A gente fala de problemas comuns, porque na lei o legislador fala de “funções públicas de interesses comuns”, conforme está previsto na Constituição do Estado, capítulo segundo, Art. 152 para a frente, que fala da organização regional, fala desses problemas comuns. Outro dia eu dei um exemplo também na audiência de quais são esses problemas comuns. Eu tomo uma água que provavelmente vem de um outro município. Eu lanço meus resíduos, minha água diluída, que provavelmente, às vezes com ou sem tratamento, pode estar indo no corpo d’água num outro município.

Eu moro no município, demando questões, serviços, demando Educação, Saúde, Segurança, lazer e muitas vezes trabalho em outro município, gerando riqueza lá. Os municípios não têm como resolver isso sozinhos, isso é uma coisa que tem que ser resolvida em um trabalho permanente, de forma compartilhada entre os vários níveis de governo. Parece que o Governo não consegue pensar nisso. O Governo fala que cria uma Secretaria de Desenvolvimento Regional e a única coisa que consegue dar como resultado é um número de convênios feitos com cada município. Parece que a gente só conhece o balcão. Acontece que a nossa cidade transgrediu seus limites administrativos e a nossa política não pode ficar restrita, nós temos que fazer esse trabalho de discussões dos problemas comuns de forma compartilhada.

E nós estamos falando de um território de intensa urbanização – estou vendo os colegas da Dersa aqui, que são de áreas semelhantes a que nós atuamos –, que pega todas as regiões metropolitanas do Estado sobre operações urbanas. Nós estamos falando de 80% da população e de 80% do PIB do Estado. Nessas regiões existem problemas comuns, e precisamos trabalhar dessa forma integrada – não é só com o balcão, não é só com uma negociação entre prefeito e governador que nós vamos resolver os problemas da população. E esse trabalho que nós fazemos há 45 anos é que tem o conhecimento e as bases para isso. Então, além de a Emplasa fazer no Estado todo o trabalho que traz essa questão das informações e da interpretação dessas informações e desse conhecimento, e fazer esse pensar nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, a Emplasa também dá suporte...

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Um minuto.

A SRA. SANIA CRISTINA DIAS BAPTISTA - Perdão, dá suporte para a governança metropolitana nessas regiões e principalmente para aquelas que ainda não têm agências e agências que esse Governo esvaziou, demitiu todo mundo no início do Governo e elas estão sem ninguém. Não sei o que estão esperando antes de nomear as pessoas.

Quero aproveitar esse final e dizer a todos que nós estamos aqui com um dossiê de uma série de apoios que recebemos de prefeituras, de instituições, de câmaras municipais, de pessoas, de professores, da população do Estado. Nós vamos protocolar isso e depois vamos deixar provavelmente uma cópia com cada liderança para mostrar que, se esse Governo não compreende esse trabalho, que seja talvez difícil de compreender, muitas pessoas compreendem e respeitam esse nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Com a palavra, o nobre deputado Teonilio Barba Lula. Tem V. Exa. o tempo de cinco minutos. Senhoras e senhores, com a palavra o nobre deputado Teonilio Barba.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Primeiro, saudar cada companheira e cada companheiro aqui presente, trabalhadores e trabalhadoras. Saudar aqui todos os deputados e deputadas, informar que a bancada do PT esteve completa aqui, os dez deputados, sendo sete deputados e três deputadas.

A primeira coisa é que nós fechamos questão em relação ao Projeto 01, esse projeto é incabível, esse projeto é uma anomalia que o governador tentou colocar aqui na Casa, desrespeitando inclusive a base aliada dele que elegeu 27 deputados, dos quais só o PSDB é que está defendendo, que tem que tratar o projeto no conjunto. O restante de todos os deputados no Colégio de 24 líderes defendeu que não dava para tratar o conjunto do projeto.

Então foi por isso que nós criamos as condições da ida de vocês ao Colégio de Líderes, da ida das empresas ao Colégio de Líderes, depois de uma reunião com os técnicos do governador, com a presença dos responsáveis pelas empresas, e depois dessa audiência aqui de hoje. Apesar de os deputados estarem contra, não significa que eles vão votar contra o projeto, é preciso ter claro isso, que está muito claro, ficou muito claro na reunião do Colégio de Líderes, que vários deputados como líderes defenderam que são a favor das privatizações juntos com o PSDB.

Então, isso significa nos colocar uma missão, a missão de mobilização. Eu conversava com o pessoal da Emplasa, que tem estado mais presente aqui, já tem marcado presença o tempo todo. Precisa mobilizar as seis empresas. Porque tem uma coisa que é diferente, a fusão, a junção é diferente? É diferente, mas quem está falando aqui agora conhece o que é isso, porque eu vim de uma junção chamada Ford-Volkswagen que criou a Autolatina. Na criação, nós perdemos 15 mil trabalhadores, foi em 1987. Na separação, nós perdemos dez. Porque você junta recursos humanos, mas a palavra é bonita, sinergia, otimização.

Então você utiliza essas palavras lindas e vai juntando, e vai sobrando gente, e vai vazando gente pelo ladrão, para ser demitida. Embora eles tenham afirmado que tem que criar depois, Paulo Zofi eu estou vendo aqui, depois eu quero conversar com os sindicatos, porque dizem que eles estão discutindo com os sindicatos, PDVs, a saída é menos traumática, a redução de danos, isso eu estou dizendo na questão das duas empresas que são a Imesp e a Prodesp.

Então eu quero ouvir os sindicatos todos, que minha relação é com os sindicatos, porque minha história de vida foi defender os trabalhadores e as trabalhadoras pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Essa é a primeira coisa.

Isso vai nos dar uma noção exata, de que nós vamos ter que marcar uma posição aqui, porque se fatiar o projeto, aí começa a vir o detalhamento de cada empresa. Como é que cada uma quer fazer, se vai ter PDV ou não, ou se vai ser PDI - Pedido de Demissão Indicado -; não tem opção, você está sendo indicado, você tem que ir embora.

Você não tem direito à recusa, eu conheço isso. Aconteceu muito isso, passamos muito por isso, na base da porrada, da pancadaria, na luta dos metalúrgicos do ABC.

Então são problemas que estão colocados para esta Casa, e na hora que começar a fatiar, gente, a raposa não é só o presidente, que é o presidente da Caixa. A raposa é o João Doria, é o compromisso dele com os empresários, da privatização do Estado. O Nelson é apenas um mandado, o Nelson é o funcionário, ele é só o mandado. E se é mandado tem que cumprir, se submeteu a isso. Aceita, gosta de fazer, está no espírito dele, a sanha da privatização. Não privatizou a Caixa porque os trabalhadores da Caixa resistiram por muito tempo e vão continuar resistindo. O movimento sindical vai continuar resistindo. Mas a sanha do João Doria de privatizar é de entregar todos os equipamentos públicos do estado de São Paulo.

São 14 empresas estatais no estado de São Paulo, das quais seis são dependentes e oito são independentes, têm dotação orçamentária própria, como é a questão no caso da CPOS, que só no ano de 2017 construiu 54 contratos e arrecadou 67 milhões de reais. Então, é uma empresa superavitária. Mas não tem problema, porque eles têm um compromisso que é pegar o que é do povo e entregar para os empresários. Esse é o projeto do PSDB executado há 24 anos no estado de São Paulo e que agora vem com muito mais agressividade, muito mais entreguista do que foi o Alckmin, o Serra, o Covas e o Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Tempo encerrado, nobre deputado.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Essa é a tese do PSDB, e com um conjunto de aliados. Elegeu 27 deputados em uma chapa, então não é pouca coisa. Então precisa construir mais 21 deputados para dar 48 a favor do projeto, que é um projeto de votação simples.

Portanto, nós vamos precisar muito da mobilização - viu, Paulo Zofi? - da CUT, de todas as centrais sindicais, dos sindicatos independentes para poder fazer o enfrentamento a esse projeto. Nós contamos com a luta de vocês nesse projeto, senão nós seremos derrotados, porque o espírito do João Doria é esse. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Com a palavra agora, representando aqui...

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Eu peço licença a vocês, porque eu tenho que atender uma associação de delegados. Então eu me retiro aqui, mas os companheiros e companheiras do PT estão aqui representando, está bom?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Representando os funcionários da Imesp, o Sr. Cláudio Luís de Oliveira Soares.

O SR. CLÁUDIO LUÍS DE OLIVEIRA SOARES - Bom dia a todos e a todas. Eu agradeço também a oportunidade de estar aqui falando em nome dos trabalhadores e trabalhadoras da Imesp.

Eu sou o Cláudio Soares, funcionário da Imesp há mais de 23 anos, sou jornalista concursado, entrei em outubro de 1995 na Imesp, e sou também diretor do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Eu quero também, assim como disse a Sania, falar um pouco sobre o projeto em si antes de entrar nas informações sobre a Imesp - porque, afinal de contas, a audiência é sobre o projeto.

Nós tivemos a primeira notícia a respeito dessa situação já no segundo dia de governo, no dia 2 de janeiro, em uma entrevista coletiva no Palácio dos Bandeirantes em que o vice-governador, Sr. Rodrigo Garcia, falou a respeito desse plano do Governo do Estado com relação às seis empresas. Nessa coletiva ele disse o seguinte: haveria a fusão entre a Imesp e a Prodesp, a extinção da Dersa e a fusão ou extinção das outras três empresas, que seriam reunidas em uma empresa só – a Codasp, a Emplasa e a CPOS. Isso foi o que ele falou e isso já nos preocupou logo de cara.

O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo tirou já no dia 15 de janeiro uma nota oficial em defesa do serviço público, das empresas públicas atingidas por essa ação, e particularmente da Imesp, da qual nós somos representantes na parcela dos jornalistas. Vimos com surpresa quando o projeto foi enviado no dia 1º de fevereiro: ele não falava isso, não falava da fusão das duas empresas, não falava da extinção da Dersa - ele é totalmente genérico. Ele é um projeto que, como foi dito aqui, é até desrespeitoso com a Assembleia Legislativa no sentido de que é como se desse um cheque em branco ao governador para que ele faça o que ele queira com essas empresas.

Então, os representantes das empresas que vieram aqui falar de estudos, projetos, fusão e tal, qual é a segurança que nós temos disso? Se o projeto for aprovado,

o Governo está liberado para fazer o que ele quiser. Se ele quiser extinguir as seis empresas, ele vai poder fazer isso, de acordo com o projeto.

Então, diferentemente do que disse o senhor Nourival, presidente da empresa onde eu trabalho, ele falou aqui: “Nós temos clareza para com todos que nosso processo é de junção das duas empresas”. Bom, isso não está escrito lá, e aqui a gente está discutindo o projeto de lei. O projeto de lei não explicita isso que foi dito pelo vice-governador e que foi dito aqui pelo Sr. Nourival. Além do que, como já foi dito, não tem nenhum estudo, nenhum número, nada que faça com que haja justificativa para a ação que ele queira fazer com essas empresas.

A razão disso é que, não vou ficar repetindo o que já foi dito, é a história da raposa e da... porque, na verdade, a intenção do Governo é abrir mão dessas empresas de qualquer forma, ou privatizando ou simplesmente extinguindo, e entregando para a iniciativa privada nichos de mercado, como foi dito aqui pelo representante da Dersa. A Dersa tem nichos de mercado, mas não estamos falando aqui de empresas privadas. Estamos falando de empresas públicas, estamos falando de serviço público. O que guia a empresa pública não pode ser o lucro, não pode ser apresentar números aqui e dizer se lucrou tanto ou tanto. E, além disso, essas empresas, muitas delas, até dão lucro, mas não é esse o problema; o problema é se elas oferecem ou não o serviço público que é necessário para população, e de qualidade.

Todo o conhecimento acumulado por essas empresas, é isso que precisa ser preservado. Esse patrimônio é um patrimônio que não é de nenhum partido, nenhuma pessoa; é um patrimônio do povo de São Paulo, um patrimônio público - esse é o sentido de público. É engraçado, porque os representantes das empresas trazem números, falam de lucro, falam de sinergia etc., e cabe a nós então explicar o que fazem as empresas de fato – nós representantes dos funcionários.

Lá na Imesp, só em relação ainda ao projeto, a gente fez uma assembleia dos trabalhadores chamado pelos três sindicatos que representam os trabalhadores de lá – Sindicato dos Jornalistas, Sindicatos dos Gráficos, Sindicatos dos Administrativos –; fizemos dia 21 de fevereiro, tiramos uma posição de assembleia contrária ao projeto de lei. É uma posição dos funcionários da Imesp. Os sindicatos também se articularam e fizeram um movimento que está expresso nesse jornal que foi distribuído para vocês – quem não tiver pode depois solicitar –, que é uma frente sindical contra o Projeto de lei nº 01/2019.

Em relação ainda, para concluir, na parte do projeto, é preciso atenção para muitas atividades que são realizadas por essas empresas, que não são atividades que possam ser passadas para a iniciativa privada. E aquelas que podem ser passadas terão um custo, e é um custo que o Estado vai ter que pagar, quando já tem os funcionários e já tem o conhecimento para ser feito. Então não faz sentido nenhum a aprovação desse projeto, do nosso ponto de vista.

Ele é um projeto que prejudica a população e coloca em risco mais de três mil famílias, que é o número de trabalhadores somados dessas seis empresas. Porque, como foi dito, a sinergia significa que tem dois RHs, dois financeiros, no caso da Imesp e da Prodesp, por exemplo, como foi dito pelo Sr. Nourival. Então significa que claramente haverá uma redução de funcionários, porque tem dois RHs, então não precisa desse número de funcionários, então vai demitir uma parte.

Se fala na questão da tecnologia e perguntamos como fica a gráfica da Imprensa Oficial, responsável por um importante trabalho ao Estado, que é a impressão e distribuição de material didático para escolas do Estado, escolas públicas? A Imprensa Oficial do Estado vai fazer neste mês 128 anos. Ela foi fundada em 1891, com a função de publicar o “Diário Oficial” do Estado. O “Diário Oficial” do Estado, como já foi dito também aqui, representa a democracia, porque significa que todo cidadão e toda cidadã têm acesso, nas páginas do “Diário Oficial”, às iniciativas oficiais, as iniciativas do Governo, do Legislativo e do Judiciário.

É pelo “Diário Oficial” que as pessoas podem acompanhar, podem fiscalizar e formar opinião a respeito das ações do Estado. Então a função do “Diário Oficial” é exatamente e somente pública, não pode ser de outra maneira. Além disso, nesses 128 anos de existência, a Imprensa Oficial não se limitou ao “Diário Oficial”. Tem uma gráfica responsável por um trabalho importante, como já falei; desenvolveu nos últimos anos um trabalho de certificação digital - é autoridade certificadora do Governo do Estado -, e tem um desenvolvimento tecnológico bastante avançado, além de ser também uma editora responsável por vários livros importantes...

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Um minuto para o encerramento.

O SR. CLÁUDIO LUÍS DE OLIVEIRA SOARES - Livros que são inclusive premiados, vários Prêmios Jabuti, e que publica, tem ações que são importantes do ponto de vista científico, histórico e artístico.

Nesse um minuto então eu vou só apresentar alguns números da Imprensa Oficial, para que vocês tenham uma ideia da ação da Imprensa Oficial. Começando pela situação financeira, esses são os dados que nós temos, são dados oficiais de uma publicação da Imprensa Oficial deste ano já, da diretoria atual: um relatório integrado de sustentabilidade que apresenta os números de desempenho financeiro da Imprensa Oficial. Foram repassados ao Governo do Estado 69,4 milhões no ano de 2018, e teve uma receita líquida de 311,6 milhões.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Encerrado o tempo do senhor.

O SR. CLÁUDIO LUÍS DE OLIVEIRA SOARES - Posso só passar mais um número aqui?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - O seu tempo está encerrado já. Se nós formos abrir exceção...

Não pode. Muito obrigado então. Tempo é tempo.

Nesse momento então nós encerramos as inscrições e participações dos funcionários das empresas.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - (Fala fora do microfone) - Falta a Prodesp.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Eu não tenho aqui a inscrição da Prodesp. Falta a Prodesp. Ninguém se inscreveu, não tem inscrição de ninguém da Prodesp aqui. Tem que se inscrever, enquanto o nobre deputado Carlos Giannazi dirige. Nobre deputado Carlos Giannazi, tem V. Exa. o tempo de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Boa tarde a todos e a todas. Quero parabenizar vocês pela mobilização, por estarem aqui na Assembleia Legislativa. Quero

cumprimentar todos os deputados e deputadas na pessoa do deputado Gilmaci Santos, que está presidindo e coordenando os trabalhos de hoje, e dizer que esse PL 01 de 2019 faz parte de algo que nós conhecemos muito bem aqui no estado de São Paulo, que é a famosa privatária tucana, que desde o primeiro governo do PSDB, em 1995, com Mário Covas, vem se intensificando cada vez mais, chegando a esse ponto de extermínio de todas as nossas empresas públicas, do extermínio do patrimônio público.

Não é à toa que esse foi o primeiro projeto do Dória. O Dória apresentou o PL 01, que é um projeto de privatização, e já apresentou outros também: apresentou um Projeto de lei privatizando o Ginásio do Ibirapuera; apresentou Projeto de lei já privatizando o Zoológico, o Jardim Botânico, o Safári está na lista também de privatização, e anunciou que tem 200 projetos ainda para encaminhar à Assembleia Legislativa, liquidando o patrimônio público. Sem contar o outro anúncio que já foi feito, que foi o anúncio das privatizações das rodovias, a instalação de pedágios em 1200 quilômetros de rodovias do estado de São Paulo – que vai atingir no mínimo 65 municípios.

Então é a farra dos pedágios, é a privatária tucana. Então é muito importante a mobilização de hoje – e faz parte do processo histórico do PSDB aqui no estado de São Paulo. E não é à toa que ele está utilizando uma lei de 1996, aquele famoso PED – Projeto de Desestatização –, vocês lembram que foi um dos primeiros projetos que o Covas apresentou. E esse projeto foi formulado pelo Alckmin. O Alckmin era o vice dele e ele que foi o responsável, uma espécie de mentor intelectual, ele que instrumentalizou e elaborou esse PED. Então ele remete todas as privatizações, fusões e cisões a uma lei de 1996.

Eu queria aqui discordar veementemente do que disse o primeiro orador, que fez o uso da Tribuna, que é o Nelson de Souza. Ele disse o seguinte, que a questão da crise fiscal, a questão de que não há dinheiro para investimento. Primeiro, nós deputados aqui, aprovamos o orçamento anualmente; nós debatemos e aprovamos o orçamento e nós acompanhamos a execução orçamentária. São Paulo não está em crise fiscal. São Paulo não está em crise. (Palmas.)

Todos os deputados sabem disso, não tem crise fiscal aqui no estado de São Paulo. E mesmo se tivesse, nós iríamos fazer outro movimento, como estamos fazendo aqui.

Nós estamos debatendo a questão da política de desoneração, que transfere mais de 24 bilhões de reais do erário público para a iniciativa privada, para a Friboi, para a

Sadia, para a Volkswagen, para a Ambev – as famosas isenções fiscais de empresas que, além de receberem isenções fiscais, são devedoras da dívida estadual, devem bilhões de reais para o erário público. Esse é o debate que nós queremos fazer. Se houvesse algum déficit fiscal aqui, nós teríamos que cobrar desses setores econômicos, e não dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Um minuto, nobre deputado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - E uma outra contradição enorme que foi colocada aqui, porque algumas dessas empresas são lucrativas. Então, como que você vende empresas lucrativas que arrecadam para o Estado? Isso é um absurdo. E ao mesmo tempo, outra contradição é que em outras empresas eles alegam: “Ah, a Emplasa não é lucrativa, tem déficit”. A Emplasa não tem obrigação nenhuma de ser lucrativa, ela é uma empresa que produz planejamento, uma empresa que tem como função produzir política pública. E todas as outras não têm que dar lucro nenhum. O que eu quero dizer é o seguinte: olha, o PL 01 não vai ser aprovado aqui, nós vamos fazer resistência total aqui na Assembleia Legislativa. Não vai ser aprovado. Um abraço a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Senhoras e senhores, convidamos agora – eu queria até me desculpar com o pessoal da Prodesp, porque tinha outra lista. Tem a palavra agora por dez minutos o Sr. Pedro Luiz Saldanha, da Prodesp.

O SR. PEDRO LUIZ SALDANHA - Uma boa tarde a todos. Boa tarde, Srs. Deputados, membros da Mesa. Boa tarde ao presidente da Mesa – está desculpado viu, presidente. Eu acho que houve um equívoco aí. Sem problema nenhum. Antes de iniciar, eu estava com uma vontade tão grande de fazer um PowerPoint tão bonito, mas aí eu fiquei com dúvida se eu ia ter a expertise do Deltan Dallagnol. Então por isso que eu não fiz, viu pessoal? Eu sou o Pedro Luiz Saldanha, sou empregado da Prodesp desde 1987. A minha atividade na Prodesp me permitiu que eu conhecesse todas as unidades, todos os postos Poupatempo que estão sob administração da Prodesp. E hoje, atualmente, sou diretor do SINDPD – Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo.

A minha pergunta é: senhores, por que privatizar a Prodesp? Por que a fusão com a Imesp? Essa é uma pergunta que os nossos colegas da Prodesp, inclusive da Imesp, estão fazendo, porque uma das justificativas que nós tivemos aqui é de que temos que fazer a junção porque existe investimento redundante. Ora, faz 20 anos que esse Governo está na administração. Se tem um CPD lá e tem na Prodesp, não é culpa da gente; é culpa da má administração, que tem que ter dois CPDs para quê? Utilizasse o que é a Prodesp tem – obviamente com serviços e mantendo o pessoal que presta serviço na Imesp. Faça a coisa correta.

O Projeto de lei, pessoal, é baseado, como disse o deputado, na lei 9361/1996 do governo Mário Covas. Esse projeto pode interferir na vida de milhares de pessoas, na família desses empregados dessas empresas, além de alterar o planejamento dessas empresas. Não pode ser discutido somente pelo Executivo – já foi dito isso aqui, mas eu vou repetir, até porque, por falar por último, a gente acaba repetindo algumas coisas que foram ditas – sem passar pelo crivo desta Casa, sendo que no seu artigo segundo desse Projeto, parágrafo primeiro, diz que a inclusão no PED de sociedades não relacionadas no capítulo 4, anexo primeiro, que é o caso dessas empresas que nós estamos discutindo aqui, deveriam e dependeriam de prévia autorização do Legislativo. Então, não é simplesmente com um projeto com três parágrafos que ele vai ter essa prévia autorização Legislativa.

Na verdade, o projeto que foi apresentado ao Legislativo é um desrespeito aos Srs. Deputados, porque retira a maior prerrogativa desta Casa, que é a de fiscalizar os atos do Governo. Hoje nós temos, se eu não me engano, 50% da bancada renovada. Além daqueles que foram renovados, temos mais – se eu não me engano, são uns 70 e poucos deputados, é isso? Noventa e quatro? – 94 deputados. Não é possível que esses deputados que foram eleitos façam uma aprovação desse projeto; não é possível desta forma.

O Legislativo não pode dar cheque em branco. É um talão em branco ao governador. Sabe-se muito bem que as privatizações são sempre acompanhadas de demissões. Por quê? Ora, a iniciativa privada não opera com a lógica de atender o bem comum, o que exige recursos humanos capacitados e em número suficiente para o cumprimento das atividades. O maior risco quando entregamos à iniciativa privada é que serviços relevantes como o Poupatempo, o Acessa São Paulo – que são programas de inclusão social –, dentre outros, caso sejam considerados caros e de baixo retorno, poderão simplesmente acabar.

Um argumento apresentado pelo governador para convencer esta Casa na aprovação desse projeto é que as empresas são deficitárias. Mas estão faltando com a verdade – falo em nome da Prodesp e de seus empregados. A Prodesp duplicou seu faturamento, passando de 530 milhões em 2010 para pouco mais de um bilhão em 2018 – 1 bilhão, e não 58 milhões, como foi dito aqui: 59 milhões. Os dados foram retirados do relatório da administração da Prodesp que está disponível na internet. Houve um equívoco. O Poupatempo, pessoal, para vocês terem uma ideia da importância desse programa, com 98% de aceitação da população, já nestas últimas duas décadas, presta atenção, ele já fez 578 milhões de atendimentos – 578 milhões de atendimentos, são dados importantíssimos que não podem ser dados a uma empresa privada.

Os trabalhadores da Prodesp têm um índice de produtividade, segundo esse mesmo relatório que ela mesmo produziu, que cresce consistentemente ano a ano, saltando de pouco mais de 255 mil em 2010 para 460 mil em 2017. A Prodesp atualmente tem 1682 empregados – a fonte é o site da Transparência. Estes sempre estiveram engajados na luta pela democracia e pelos direitos trabalhistas, haja vista que temos 1085 sócios dentro do SINDPD. A empresa tem uma folha de pagamento mensal no valor de 15 milhões e 650 mil reais, uma média salarial de 9304,00, um mínimo de 1402,00 e o máximo de 43460,00 – fontes também tiradas do Portal da Transparência.

A história da Prodesp se confunde com a própria história do uso da informática no Governo do Estado de São Paulo. Neste ano de 2019 vamos fazer 50 anos de prestação de serviço à população do estado de São Paulo. Criada com o objetivo de conferir agilidade e a organização das diversas secretarias e órgãos estaduais e municipais, foi alvo de investimentos durante boa parte de sua história, permitindo que adquiríssemos os mais importantes fatores diferenciais no mercado. Aí é que está a chave do negócio: é o conhecimento do cliente. São suas limitações e restrições tanto políticas quanto culturais, o que certamente facilita e agiliza o desenvolvimento e a implantação dos projetos demandados.

Imaginem vocês como deve ser e como é trabalhoso fazer a folha de pagamento do estado de São Paulo. Nós já tivemos experiências horrorosas quando a Secretaria da Fazenda contratou uma empresa privada para desenvolver uma folha de pagamento do Estado, contrato esse que acabou sendo fracassado, e a Prodesp assumindo novamente seu papel devido à falta de conhecimento e expertise de seus empregados, com as dificuldades existentes no sistema de folha de pagamento. Quando se fala em um Estado como São Paulo, terceira unidade política mais populosa da América do Sul, tudo é

superlativo. A multiplicidade de problemas, o gigantismo do conjunto de informações existentes remetem sempre para também imensas necessidades de controle, sendo impensável para qualquer administrador não contar com os recursos de tecnologia da informação no exercício das tarefas de gestão estadual da governança.

Como contraponto à privatização, temos a obrigatoriedade da confidencialidade, como já disse a lei aqui que foi falada pela deputada, sobre o conjunto e as informações para evitar o quê? Evitar o mau uso por parte de pessoas e organizações quando essa empresa pode ser privatizada. Portanto, não podemos jogar fora 50 anos de expertise de nossos colegas de trabalho. Foi devido a esse conhecimento associado ao empenho conjunto de seus usuários que foram desenvolvidas as soluções presentes em todas as secretarias e empresas estatais, disponibilizando importantes sistemas para o processo de gestão social, urbana, tributária, financeira, Saúde, Educação e em todas as demais áreas de administração. Governança de TI é parte de gestão governamental, não há como terceirizá-la ou privatizá-la. Na iniciativa privada inexistente estoque de expertise para especificações e soluções tecnológicas para os sistemas utilizados pelo governo estadual.

Quando combinados aos problemas de falta de profissionais com a expertise de soluções tecnológicas para o Estado e a falta de governança do Executivo, estabelece-se assim a tragédia de TI. Com a privatização será esvaziado acervo de conhecimento acumulado por 50 anos sobre os processos e práticas governamentais. E lá se vai o estoque de competência em TI e não se colocará nada no lugar. O reconhecimento da qualidade desses projetos está expresso nos inúmeros prêmios com que a Prodesp foi distinguida ao longo dos anos. Temos certeza que após essa nossa fala em defesa da população, dos companheiros de todas as empresas, que têm o direito de receber serviço de qualidade por parte do setor público.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - O seu tempo se encerrou.

O SR. PEDRO LUÍS SALDANHA - Em defesa dos empregados das seis empresas responsáveis por esse serviço é que venho solicitar aos senhores deputados que rejeitem esse Projeto da forma que está, esse Projeto de lei 2019. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Obrigado.

A SRA. ISA PENNA - PSOL - Sr. Presidente, para informar que nós acabamos de protocolar um requerimento para que o Meirelles, o João Doria e o seu vice venham aqui na Casa olhar no olho do trabalhador e justificar o porquê e o que vão fazer com essas empresas.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Encerrado, agora sim encerrando o pronunciamento das falas dos representantes dos funcionários. Vamos agora aos deputados, alguns deputados inscritos para falar. Convidamos agora a deputada Márcia Lula Lia.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Muito bom dia a todos e todas. Cumprimentar os deputados e rapidamente fazer algumas considerações. Primeiro, em que áreas o governador João Doria quer privatizar? Áreas estratégicas, de transporte, obras, planejamento – a cabeça pensante do Estado –, desenvolvimento agrícola, publicação de atos oficiais e sistema de dados. Quer dizer, ele desmonta o corpo do Estado, privatizando e acabando com essas tarefas e passando isso para a iniciativa privada.

Se o governador de fato não quer privatizar, por que ele não retira o artigo segundo da Lei, que fala do Programa Estadual de Privatização? Porque no escopo da Lei está lá, todas essas seis empresas serão submetidas ao Programa Estadual de Privatização. Então é a primeira pena que fica nessa história toda, de que vai ser cisão, de que vai ser fusão, vai ser o que eles quiserem depois que esse Projeto de lei for aprovado – e não será aprovado. Nós vamos lutar muito para que esse Projeto de lei não seja aprovado nesta Casa.

A segunda coisa fundamental que a gente precisa dizer aqui, e eu tenho acordo com a grande maioria das falas que me antecederam, é uma questão estratégica: quem é que vai ser responsabilizado pelas más gestões que aconteceram ao longo desses 20, 25 anos? Quero que sejam responsabilizados aqueles que fizeram má gestão e que fizeram as empresas precisarem, neste momento, serem cindidas, serem extintas ou sei lá eu o quê. Porque na verdade houve má gestão, houve ineficiência, houve furto, houve roubo, houve assalto à mão armada. O Ministério Público, eu estava lendo ontem um artigo que saiu no “Brasil de Fato”, o Ministério Público, deputado Giannazi, já inclusive indiciou, porque desde a gestão Mário Covas tem problema na Dersa. Desde a gestão

Mário Covas, passando por todos os outros. E aí como é que explica? Quem vai ser responsabilizado por isso? O governador é responsável por isso? O trabalhador, vai sobrar para a gente.

E tem um outro detalhe que eu quero pedir a vocês que prestem muita atenção, porque eu ouvi isso, eu participei de todas as reuniões que aconteceram do PL 01. Eles estão apostando que aprovarão a reforma da Previdência, porque se aprovarem – foi dito para mim isso –, se aprovarem a reforma da Previdência, nem os direitos que eles querem garantir, entre aspas, no PDV, eles dizem que os funcionários terão.

Portanto, os funcionários serão pressionados para que aceitem o PDV, porque senão eles vão usar como argumento para convencer vocês de que – coação –, eles vão usar o argumento de que se vocês não entrarem no PDV, com a reforma da Previdência vocês vão perder todos os direitos – Fundo de Garantia, enfim. Isso vai ser utilizado na hora da negociação das empresas. Portanto, caldo de galinha e cautela não faz mal neste momento. Todo mundo mobilizado, todo mundo junto, todo mundo aqui na Casa fazendo pressão. A deputada Isa Penna disse muito bem: nós não queremos que ele seja retalhado, nós queremos que ele seja retirado da pauta. Nós não aceitamos...

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Um minuto, nobre deputada.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Um minuto? Estou concluindo. Nós não aceitaremos, e a bancada do PT fechou questão nesse ponto, nós não aceitaremos que esse Projeto de lei siga em frente, porque as experiências que a gente tem em privatizações no Brasil e no estado de São Paulo são péssimas.

Eu tive uma experiência essa semana com a telefonia. Eu entrei inclusive na Justiça por conta do contrato que dizia que em três dias eles teriam que prestar um determinado tipo de serviço. Já faz mais de um mês, eles fizeram o serviço na sexta-feira. Isso é a privatização, isso é a entrega do patrimônio público, isso é o que o João Doria quer fazer no estado de São Paulo. Vamos resistir, vamos enfrentar tanto o Bolsonaro quanto o João Doria. Estamos aí, gente, juntos com vocês. Podem contar com a bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Obrigado, nobre deputada. Com a palavra agora a nobre deputada Professora Bebel Lula. Fique à vontade.

* * *

- Fala fora do microfone.

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Senhores, está com a palavra a professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Bem, primeiro eu cumprimento todos os membros aqui da Mesa, as nobres deputadas e nobres deputados, o Presidente que está presidindo os trabalhos – deputado Gilmaci –, e também cumprimento todos os trabalhadores e trabalhadoras presentes neste Plenário. Eu estou do lado de vocês, eu faço parte do aparato estatal também, porque nós professores do ensino oficial do estado de São Paulo sabemos exatamente o que são 24 anos de PSDB aqui neste Estado. Nós sabemos o que é viver sob a égide de um partido que não tem dado conta de responder às demandas educacionais, às demandas de políticas públicas e ainda vem com essa pecha de privatizar.

Vejam bem, nós passamos por vários ciclos do PSDB no estado de São Paulo. Todos vocês, quando o Mário Covas assumiu aqui pela primeira vez, se lembram da chamada “Qualidade Total”, que era para quê? Enxugar a máquina e ter eficiência – essa era a chamada “Qualidade Total”. Pois bem, o que foi mesmo a qualidade total do Mário Covas? Está o resultado aí. Tem uma CPI da Dersa aqui na Casa empoleirada, porque não querem dar curso a ela por conta dos desmandos que foi aquele governo de Mário Covas, tido como o cara que mais colocou a casa em ordem. Colocou coisa nenhuma. A Educação teve demissão de 40 mil professores. Por isso vocês tem que desconfiar. Não é uma desconfiança qualquer.

Eu acho que as falas de vocês foram falas que de fato nos colocaram a par do que cada empresa faz, qual é o papel de cada empresa. Então, quando nós tratamos, por exemplo, da Emplasa, quando a gente trata da Codesp, trata, enfim, da Prodesp, da

Imesp, são questões estratégicas e de Estado e isso não pode sair da mão do Estado, porque, como foi dito por um companheiro, é patrimônio da sociedade. Conhecimento acumulado – isso a gente, professor, sabe muito bem.

Eu falava então da “Qualidade Total”. E o “Choque de gestão” do Serra? Vocês se lembram também? O que aconteceu com o “Choque de gestão”? A mesma coisa: vamos privatizar. E o tempo todo nós ficamos sob essa batuta da privatização. Porque, gente, uma coisa nós temos que admitir: o PSDB não está incoerente com o estatuto deles. É estado mínimo.

O que eu fico indignada, e não é com vocês nem com os professores, nada disso, mas uma grande parcela caminha nessa perspectiva de acreditar que isso dá certo e fica votando o tempo todo no PSDB. E aí vem aqui... Acabaram as eleições, isso aqui é fatura de campanha. Esse PL 01 é fatura de campanha, é comprometimento com os empresários, é isso. Não é outra coisa. Assim foi com o Alckmin em 2015. Qual foi o comprometimento dele? Isenção fiscal.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Um minuto, nobre deputada.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Isenção fiscal. E aí, o que aconteceu com a isenção fiscal? A isenção fiscal levou a não ter investimentos. Eu não admito que ninguém venha aqui dizer que vai vender empresa para investir em Saúde e Educação, porque não é verdade; esses setores também serão privatizados.

Para terminar, só o último ciclo que vai entrar agora, que é qual? O “Acelera”. Não é o “Acelera, São Paulo”? Acelera mesmo, acelera nos projetos de privatização, acelera na má qualidade dos serviços públicos e coloca a população de joelho para fazê-la pagar mais do que já paga em termos de serviços públicos. E para terminar, sinceramente: como trabalhadora que sou também do Estado, contem comigo, não só como parlamentar que sou. Eu sou parlamentar, o nosso mandato está, a bancada do Partido dos Trabalhadores votará contra, global ou pontual, qualquer projeto de privatização no estado de São Paulo. Um forte abraço e muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Obrigado, nobre deputada. Com a palavra agora o nobre deputado Emidio de Souza Lula.

O SR. EMIDIO DE SOUZA LULA - PT - Boa tarde a todos os companheiros e companheiras. Para economizar no tempo e não saudar cada uma das categorias presentes aqui, eu quero fazê-lo em nome da Sônia, que fez uma bela intervenção, como os demais aqui também. Eu queria dizer o seguinte: eu não vim aqui falar mais da posição do PT, porque a posição do PT já foi externada e todos sabem como nós vamos nos comportar no Plenário. Eu vim aqui falar de alguns pontos de como nós podemos tocar essa luta.

Primeiro, eu acho que é importante compreender o seguinte: não é verdade que amanhã o Sr. Doria vai comemorar 100 dias de governo. É a primeira mentira, porque ele não vai completar 100 dias de governo. Amanhã o PSDB completa 8860 dias de governo. Então é muito diferente, porque essa história não começou dia 1º de janeiro de 2019; essa história do PSDB começou no dia 1º de janeiro de 1995. E o Programa de Desestatização do Estado começou também com o vice-governador em 1997, e esse vice-governador era o Geraldo Alckmin. Agora de novo nas mãos de um vice-governador.

O que eu acho importante em saber de tudo o que eles fizeram, deputada Bebel, nesse período – a venda da Eletropaulo, a venda da Acesp, do Banespa, de tudo que eles venderam. Tudo, as concessões, todas elas tiveram a mesma explicação: eles queriam vender para diminuir a despesa do Estado e para investir no que eles chamavam de setores essenciais, que seriam a Saúde e a Educação. Faz 22 anos disso. O que aconteceu com a Saúde e a Educação no estado de São Paulo nos últimos 22 anos? Algum desses serviços melhorou? Então isso se chama falácia, se chama mentira, é uma empulhação essa história de que vai deixar de gastar com o que não é essencial para gastar com o que é essencial. A segunda questão é a seguinte: não é essencial planejamento? Não é essencial a proteção dos dados do cidadão e do próprio Estado? Acho que essa é a questão que nós temos que falar. Essa mania no Brasil de achar que tudo que é público não presta e de que tudo que é privado é bom, você vê a imbecilidade onde chega.

Vocês sabem quem é o dono da antiga Eletropaulo hoje? É uma empresa chamada Enel, que é uma estatal italiana. Lá soube-se controlar e aqui quer comprar a preço de banana as empresas que os babacas dos tucanos querem vender. Essa é a questão. Eu acho que é o seguinte, eu não conheço a função de todas as empresas, não vou me meter a falar da Codasp, a minha posição sobre todas é a mesma. Mas eu vou falar sobre duas que eu conheço mais: a Dersa e a Emplasa. E eu conheço muito a Dersa por duas razões: eu fui deputado estadual entre 2001 e 2004, na época do início da

construção ou finalização do Rodoanel, e eu fui um dos deputados que trabalharam aqui a CPI do Rodoanel, porque o superfaturamento no trecho oeste já estava presente naquela época.

Segundo, porque eu fui prefeito de uma das maiores cidades da região metropolitana, que é Osasco, e o Rodoanel começava exatamente por lá, e eu pude ver o que era a excelência do trabalho da Dersa. E pude ver – longe dos escândalos, longe do Paulo Preto, longe dos financiadores de campanha –, que era um corpo técnico da melhor qualidade não só na construção do Rodoanel, mas na construção do Complexo Maria Campos, que é a entrada da nossa cidade. Então, não se pode pegar os escândalos da Dersa – quem é contra escândalo tem que combater escândalo.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - O seu tempo encerrou, nobre deputado.

O SR. EMIDIO DE SOUZA LULA - PT - Só para concluir, deputado, eu queria lembrar o seguinte: essa questão – e eu ia falar também da Emplasa, que é uma empresa com quem, com o planejamento metropolitano, eu convivi muito na época da gestão da prefeitura. Então acho que isso tudo, nós precisamos primeiro entender que é o seguinte: chegou a vez. Eles entregaram o patrimônio todo, agora o governo federal fala em entregar tudo também, porque virou moda no Brasil – a coisa mais fácil que tem é falar mal de funcionário público. Essa arma de covardes, é a arma de quem não valoriza o interesse público.

Eu vou encerrar dizendo a vocês o seguinte: a Petrobras não era privada, e não é ainda, não era privada quando descobriu a Bacia de Campos. Não era privada quando descobriu o Pré-Sal a sete mil metros de profundidade. Para vocês verem como é que é essa ideia. Eu acho que o combate aqui tem que ser em todos os momentos, não só quando for votar o projeto na Assembleia.

Eu por exemplo sou membro da CCJ, a nova Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia. É a primeira comissão onde vai tramitar esse projeto. Acho que nós temos que estar lá, nem que for para repetir todos os discursos que tiveram aqui, porque quem não ouve na primeira vez às vezes ouve em outra. Encerrando assim: o Doria parece um valentão, mas ele recuou no Projeto Guri e recuou nos cortes da Cultura. Vai ter que recuar no Projeto 01.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Com a palavra a nobre deputada Beth Lula Sahão.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Boa tarde a todas e a todos. Cabe-me agora, quase finalizando este debate, primeiramente cumprimentar as falas brilhantes dos representantes das empresas aqui, que deram, em poucos minutos, uma síntese muito importante do trabalho que vocês fazem com eficiência, eficácia e, sobretudo, com muita competência.

Quero só falar uma coisa para o Emidio: Emidio, você não vai ter a oportunidade de pegar esse Projeto na CCJ, porque nós vamos fazer pressão para o governador retirar esse projeto da Casa. Eu estou indo para o meu o quinto mandato, já passamos aqui por diversos projetos de sucessivos governos tucanos, de privatização, e quero dizer uma coisa: a composição desta Casa hoje é um pouco diferente, por isso que eu tenho esperança no meu coração de que nós vamos conseguir montar uma Frente, acho que nós temos que sair daqui hoje com uma Frente contrária ao andamento e a trajetória desse projeto na Casa.

É isso que nós temos que fazer, porque os discursos são importantes, as análises são melhores ainda, mas é preciso que a gente saia daqui com alguns encaminhamentos e eu acredito que essa Frente – não precisa ser Frente Parlamentar, tem que ser Frente de todos nós, de todos aqueles que estão imbuídos nesta mesma vontade de impedir a tramitação do PL 01. Eu quero dizer uma coisa para vocês: a pressa do Governo do Estado em apresentar esse projeto não é proporcional à pressa deles de poder fazer passar a CPI do Paulo Preto, que nós protocolamos aqui e tivemos que ficar três dias na fila para poder fazer frente à CPI, porque eles protocolam o que leva nada a lugar nenhum para poder impedir as CPIs de fato importantes, que são a CPI do Paulo Preto e a CPI, como disse o deputado Giannazi, da renúncia fiscal.

É isso que ele tem que buscar, onde estão os recursos desse Estado? Não estão nas empresas públicas, muito pelo contrário; aqui tem um estudo da nossa assessoria que as seis empresas, entre 2013 e 2017, renderam ao Governo – eles não estão mais aqui, os representantes. É uma pena, eles não conseguem ficar até o fim. Cadê eles que não estão mais aqui? Renderam ao governo 836 milhões de reais. É muito dinheiro, é muito recurso que vocês, se existem heróis nessa história, os heróis são os trabalhadores, os servidores públicos que estão há anos desenvolvendo um bom trabalho.

Eu sou do interior, diferentemente do Emídio, eu conheço o trabalho da Codasp, e muito. Adoro o trabalho da Codasp. Quando eu passo naquelas rodovias e vejo rurais, nós temos mais de 200 mil quilômetros de rodovias rurais. A Codasp é importantíssima para o escoamento da produção agrícola no estado de São Paulo. E eu vi aqui a síntese de cada uma. A Imesp, por exemplo, é responsável pela transparência dos atos no Estado, é fundamental que ela exista. A Emplasa – que raio de gestão pública é essa que quer retirar exatamente aqueles que fazem parcerias com órgãos importantes para poder exatamente otimizar a gestão do Estado?

Essa ideia de estado mínimo vem aqui nesta Assembleia desde a época do Quéricia. Ela antecede até os governos tucanos. Não podemos esquecer que o Quéricia não era deputado ainda, mas o Quéricia já foi responsável por privatizações. E daí para frente veio o Fleury, depois veio Covas, que aprofundou, aí veio o Alckmin, que radicalizou, e veio esse filhote do Lide, que quer acabar com o Estado, é isso que ele quer. Essa é a vocação dele, como disse a Professora Bebel. Ele dialoga com os seus pares, ele não dialoga com a população do estado de São Paulo, ele não dialoga com os servidores do estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Um minuto, deputada.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Ele quer dialogar para poder ofertar a preço de banana as empresas públicas que prestam serviço essencial – desnecessário dizer porque os que me antecederam já falaram muito bem a esse respeito da qualidade do trabalho prestado por essas empresas. Nós vamos formar uma barricada aqui. Essa Frente tem que funcionar, tem que ser com vocês.

E vou dizer uma coisa, o deputado Luiz Fernando foi o primeiro a falar aqui e eu quero dizer por experiência própria aqui nesta Casa, de quem está entrando no quinto mandato: a presença de vocês aqui é determinante. Vocês tem que aproveitar a Semana Santa e fazer uma peregrinação nos gabinetes das deputadas e dos deputados desta Casa, sensibilizá-los, convencê-los para que a gente possa, e lotar as galerias do Plenário, lotar com esse mesmo respeito que vocês tiveram no dia de hoje aqui, com a mesma dignidade que vocês estão defendendo o trabalho de vocês. Mas não é só o trabalho de vocês. O que vocês estão defendendo são as tarefas e os serviços importantíssimos que vocês prestam a toda população do estado de São Paulo. Não à privatização dessas

empresas! Vamos juntos, estamos na luta juntos. Até a vitória, porque isso é uma vitória para todos nós.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Com a palavra agora a nobre deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Deus abençoe, proteja e ilumine todas e todos que estão aqui. Quero falar aqui com a Dersa, a CPOS, a Emplasa, a Codasp, a Imesp, a Prodesp, falar com os trabalhadores e trabalhadoras, porque uma coisa que me comoveu muito lá no Colégio de Líderes – eu queria dizer que eu sou uma deputada só do PCdoB, gente. Eu estou aqui sozinha defendendo o meu partido. Muito obrigada.

Primeiro eu queria comunicar uma coisa muito importante que a minha assessoria até lembrou – eu fico tão envolvida com o que está acontecendo. Nós hoje temos já uma Frente Parlamentar contra a privatização em defesa do patrimônio público e do serviço de qualidade. Já tem mais de 40 assinaturas.

E dizer o seguinte, aqui os deputados brincam muito comigo, eles acham que tudo meu tem que ter samba – “Leci, canta um sambinha”. A gente até canta, a gente é artista, enfim. Mas eu queria dizer o seguinte: capitalismo e sinergia são eles; socialismo e democracia somos nós. Desculpe, senhor doutor, eu não entendo o seu conceito. Trabalhadora e trabalhador apenas exigem respeito. Muito obrigada

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Senhoras e senhores, eu queria neste momento, em primeiro lugar, parabenizar todos os trabalhadores e trabalhadoras, as pessoas que ocuparam aqui a Tribuna e fizeram suas falas – todas de alta qualidade e alto nível –; parabenizar o comportamento dos senhores e senhoras e parabenizar os deputados que participaram desta audiência pública. E dizer que, nada mais havendo a declarar e a falar, está encerrada então a nossa audiência. Parabenizar todos os senhores e senhoras. Já está encerrada. Muito obrigado.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *